

Mais perto da eleição, pior para Temer

# Governo fala em usar fundo eleitoral para deputados votarem contra a Previdência

Fernando Frazão - ABR



Verdadeira farra do boi

**Gilmar e Toffoli soltam esposa de Cabral e Rei das Quentinhas**

Gilmar Mendes, do STF, mandou soltar, na segunda-feira, a ex-primeira dama do Rio, Adriana Ancelmo. Ele se aliou a Dias Toffoli na Segunda Turma do STF e soltaram Marco Antônio de Luca. **P.3**

**E ainda livram o governador Richa e deputados do PP e PT de processo**

E também mandou suspender um inquérito contra Beto Richa. Mendes e Toffoli rejeitaram ainda denúncia contra o senador Benedito de Lira, os deputados Arthur Lira e José Guimarães. **P.3**

**PT & Odebrecht: o padrão-propina na América Latina**

A Odebrecht foi a peça chave para Lula e o PT constituírem uma vasta rede de propina e roubo pela América Latina. Vejam o traçado dessa trama. **P.8**

**IBGE: Dilma jogou 5,4 milhões na pobreza extrema**

Recessão lançou na pobreza 5,4 milhões do total de 9 milhões de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza em 2015. **Página 2**

**Por 14x1, ONU reprova no CS Jerusalém ser capital de Israel**

Votação no Conselho de Segurança mostrou o atual isolamento dos EUA. **Página 7**

**HORA DO POVO**

ANO XXVIII - Nº 3.598 20 e 21 de Dezembro de 2017

★ ★ ★ ★ ★

**1 REAL BRASIL**

**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

**Difícil é encontrar na Câmara 308 burros capazes de trocar a reeleição por R\$ 5 milhões**

**T**emer, Jucá e outros membros da quadrilha querem usar o indecente fundo eleitoral – que desvia dinheiro destinado à Saúde, Educação e outros serviços ao povo para substituir com dinheiro público as propinas que a Lava Jato acabou – para comprar deputados na votação, em fevereiro, do ataque às aposentadorias. Mesmo que todo esse fundo fosse destinado a 308 deputados – número mínimo para aprovar o achaque à Previdência – eles só trocariam seus mandatos (e seu foro privilegiado) por dinheiro. Mas nem isso é possível. O dinheiro seria muito menos. **P.3**



## Fúria popular repudia Reforma da Previdência na Argentina

Depois que 19 deputados absolutos) um corte nos índices de reajuste nas aposentadorias e pensões que significará uma perda de 19 bilhões de reais para os 17 milhões de idosos em uma população de 44 milhões de argentinos, em 2018. A votação transcorreu com o país sublevado (trabalhadores atenderam ao chamado da CGT por uma greve geral) e do lado de fora uma multidão de manifestantes acompanhava com palavras de ordem, chuva de pedras e panelaço ininterrupto, a sessão de debates em torno da medida que conta com o rechaço de 75,8% dos argentinos varou a madrugada com perto de 100 deputados opositores fazendo uso da palavra e com a votação só acontecendo às 8:00 h da manhã do dia 19, na terça-feira. **Página 6**

**Para Siqueira, entrega de Roncador é criminosa**



## Entre 2014 e 2016, cresceram a miséria e a extrema pobreza

O governo Dilma arrastou 5,4 milhões de pessoas para abaixo da linha de pobreza extrema (pessoas que vivem hoje com menos de US\$ 1,90 por dia ou R\$ 133,72 por mês), segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE em 2016, 52,2 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza. Isso é equivalente a nada menos que 25,2% da população brasileira.

O total de pessoas empurradas pelo governo dito dos trabalhadores para essa situação mais que miserável chegou a 13,35 milhões - ou 6,5% da população. Em 2014, quando o país começava a ser arrasado pela maior crise econômica da história que perdura até os dias de hoje, esse percentual era de 4,1% da população. Mais de 9 milhões de pessoas passaram a viver, a partir de 2015, com uma renda per capita de US\$ 5,50 por dia, ou R\$ 387,07 por mês, segundo os dados do IBGE. Os números se referem ao período entre 2014 e 2016 - quando a recessão provocada pela política neoliberal da gestão petista causou uma profunda deterioração no emprego e renda e fez a miséria aumentar.

Mas, para o mentor da fantasiosa "nova classe média" (renda familiar mensal até 1,5 salários mínimos), o economista Marcelo Neri, diretor da FGV - o mesmo que, para garantir um cargo no IPEA, alardeou que o PT tinha tirado 40 milhões da pobreza - volta à carga em seus delírios e diz que o desastroso governo Temer, com seus cortes de direitos, arrocho salarial, etc, já tirou 1,1 milhão de pessoas da pobreza em 2017. Ele só pode estar tendo uma recaída. Ou, o que é mais provável, deve estar computando neste cálculo os pobres que deixaram a pobreza porque morreram.

Sem crescimento econômico, a cortina de fumaça criada pelos alardeados programas de transferência de renda não foram capazes de efetivamente mudar a dramática realidade brasileira. Porque, durante todo esse tempo a verdadeira transferência de recursos está se dando da sociedade para o parasitário setor financeiro.

Apesar dos discursos demagógicos de suposta eliminação da pobreza, o que se viu nos últimos anos foi uma piora acentuada das condições sociais como um todo. Segundo o IBGE, o Brasil encerrou o ano de 2016 com 24,8 milhões de brasileiros vivendo com renda inferior a 1/4 do salário mínimo por mês, o equivalente a R\$ 220. O resultado representa um aumento de 53% na comparação com 2014. Este dado não entra no parâmetro de pobreza do Banco Mundial, mas nos apresenta uma realidade ainda mais perversa.

Um recorte populacional mais preciso aponta que foram as crianças e adolescentes de 0 a 14 anos os mais afetados por essa política: 42,2 milhões dos 52,2 milhões em situação de pobreza em 2016.

A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE percebeu que a crise fez crescer rapidamente entre 2014 e 2016 o número de pessoas de 16 a 29 anos que não estudavam nem trabalhavam no ano passado, chegando a 25,8% da população dessa faixa etária - ou 11,6 milhões de pessoas.

A esperança de que essa realidade mude está longe de ser vislumbrada com a manutenção dessa política antinacional pró-bancos do governo com Michel Temer e apoiada por um corrompido Congresso Nacional. Com o agravante do aprofundamento dos ataques à Previdência e à CLT, que com certeza tirarão ainda mais dos brasileiros.

PRISCILA CASALE

# Fernando Siqueira: com Roncador, Statoil avança sobre nosso pré-sal



Stéferson Faria



Clube de Engenharia

Fernando: entrega de 25% do campo de Roncador é criminosa

## Voto da Aepet denuncia no Conselho da Petrobrás o desmonte da estatal

Em voto na Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Petrobrás, realizada em 15 de dezembro, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) denunciou a política de desmonte da empresa promovida por Temer/Parente, com graves prejuízos ao país.

Além de Carcará, a Petrobrás vendeu fatias nos campos de Iara e Lapa, também no pré-sal, em "alegado acordo de parceria com a francesa Total" por US\$ 2,2 bilhões.

Da lista de venda de ativos, constam a Liquigás, empalmada pela Ultrarap, e a Gaspetro, vendida para a japonesa Mitsui, citada na Lava Jato, e a Companhia Petroquímica de Pernambuco.

Na sexta-feira (15), Parente privatizou 28,75% da BR Distribuidora, conhecida como "joia da coroa, grande geradora de alto fluxo de caixa e única distribuidora que leva combustíveis aos recantos mais afastados do País como Amazonas, Roraima

e outros".

A Nova Transportadora do Sudeste (NTS), subsidiária da Petrobrás - com uma malha de gasodutos localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, perfazendo um total de 2.727 km de extensão de dutos -, foi vendida para a empresa estrangeira Brookfield pelo valor de US\$ 5,08 bilhões, que passará a dominar um monopólio natural e alugá-lo para a Petrobrás pelo preço que quiser. No entanto, a entrada líquida de caixa para a Petrobrás foi de apenas US\$ 2,49 bilhões.

"Todas essas vendas ocorrem sem licitação. Como as entidades de petroleiros vinham ganhando ações contra essas vendas, alegando falta de licitação, o Governo Temer emitiu o Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, em pleno feriado para validar a venda de ativos estatais sem licitação", destacou a Aepet em seu voto assinado por Fernando Siqueira, vice-

presidente da entidade.

De acordo com a Aepet, "a Petrobrás implementou nova política de preços dos combustíveis baseada na paridade internacional, desde outubro de 2016, onde foram adotados preços mais altos, que viabilizaram a importação por seus concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada". "Erros na política de preços do passado não justificam os atuais".

Para a Aepet, quem ganha com a nova política de preços da Petrobrás "são os refinadores norte-americanos, os 'traders' internacionais, os importadores de capital privado e as distribuidoras privadas. Perde a Petrobrás com a ociosidade de suas refinarias e a entrega da sua participação no mercado brasileiro de combustíveis. Perde a maioria dos brasileiros que consome, direta e indiretamente, os combustíveis com preços majorados".

## Parente forma "aliança estratégica" com americana Exxon para entregar pré-sal

Na quinta-feira (14), a Petrobrás e a norte-americana ExxonMobil assinaram um memorando de entendimento visando uma "Aliança Estratégica" para identificar "oportunidade de negócios".

Pedro Parente, atual presidente da Petrobrás, já assinou documentos de "Aliança Estratégica" para entrega do pré-sal, em período recente, com a Total francesa, a BP anglo holandesa, a Statoil estatal norueguesa, a Galp portuguesa, além da chinesa CNPC.

Em nota, a atual direção da estatal brasileira afirmou que realizar alianças "é uma estratégia importante do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, que pode trazer benefícios significativos como o compartilhamento de riscos, o aumento da capacidade de investimentos na cadeia de óleo e gás, o intercâmbio tecnológico e o fortalecimento da governança corporativa".

"Aliança estratégica" é o eufemismo que Parente, sob a proteção de



Parente se curva para os gringos da ExxonMobil

Temer e Meirelles, vem chamando os acordos onde a Petrobrás entra com o conhecimento das áreas petrolíferas, com a tecnologia para exploração em águas profundas, com capacidade de gestão premiada mundialmente e com capital para engordar as petroleiras internacionais.

Em leilão realizado em 27 de novembro, a ExxonMobil, em associação com a Petrobrás, adquiriu um campo de petróleo na chamada "franja do pré-sal", na Bacia de Campos, por

J. AMARO

Só com Carcará, hoje 66% com a múltipla norueguesa, a Petrobrás perdeu R\$ 47 bilhões, afirma vice-presidente da Aepet

A Petrobrás anunciou na segunda-feira (18) a venda de 25% da participação que detém no campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a norueguesa Statoil, pelo valor de US\$ 2,9 bilhões, dentro do chamado programa de "desinvestimento," isto é, de desmonte da estatal. Para o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, que falou com exclusividade para o HP, foi mais um crime cometido por Pedro Parente, preposto de Michel Temer na presidência da Companhia.

Segundo a própria empresa norueguesa, a aquisição de Roncador, o terceiro maior campo em produção no país, quase triplicará sua produção no Brasil.

Descoberto em 1996, o campo de Roncador possui uma área de aproximadamente 400 quilômetros quadrados, com uma produção média de aproximadamente 240 mil barris/dia de petróleo e 40.000 barris por dia de gás.

### CARCARÁ

Segundo Siqueira, "a Statoil está comprando um monte de coisa do Parente. Deve estar dando propina para ele. Ela comprou o campo de Carcará. Só aí a Petrobrás perdeu R\$ 47 bilhões. É o melhor campo da Bacia de Campos, por ter maior pressão que os outros, produz mais rápido e com mais facilidade. Você não precisa furar poço horizontal para capturar mais óleo. Como tem pressão muito grande, com poço vertical você captura muito óleo. É um campo que produz muito e mais barato".

O dirigente da Aepet observou que o campo de Carcará tem uma expectativa de 3 bilhões barris de reserva: "A Petrobrás vendeu a sua parte, que era 66%, por US\$ 2,5 bilhões. A Petrobrás pagou para a União US\$ 9 por barril. E vendeu um campo com três perfurações por US\$ 1,25 por barril para a Statoil". "Um prejuízo de quase de 8 dólares por cada barril de petróleo que foi retirado do campo", acrescentou.

### LIBRA

Fernando falou também sobre a compra pela Petrobrás da sonda para o início as operações no Campo de Mera, que fica dentro do Bloco de Libra, no pré-sal. Ele lembrou que "lamentavelmente a Dilma entregou 60% para o cartel do petróleo e Libra é um dos maiores campos que a gente tem. E essa plataforma é para produzir o primeiro poço. E o sistema de produção antecipada. Está dentro dos conformes, infelizmente. Mas, felizmente a Petrobrás ainda é a operadora deste campo. Ela perdeu 60% para o cartel mas ficou com a responsabilidade da operação", afirmou o engenheiro. "Mero

é uma área de Libra. Libra é uma área com mais de um campo", explicou Fernando.

### "DESINVESTIMENTO"

O programa de "desinvestimento" na empresa foi iniciado na gestão de Garça Foster, continuou com Bendine e foi intensificado com Pedro Parente. De acordo com Siqueira, "o Bendine gerou a chamada desvalorização contábil (impairment). Em 2015, a Petrobrás teve um lucro de R\$ 15 bilhões. E ele fez uma desvalorização de ativos de R\$ 48 bilhões. Então, o lucro que era de R\$ 15 bilhões passou a ser um prejuízo de R\$ 33 bilhões. Assim, ele passou a ideia de que a Petrobrás estava quebrada e tinha mais que vender tudo".

"Pedro Parente está na Petrobrás para destruí-la", denunciou Siqueira. "Parente foi presidente do Conselho de Administração da Petrobrás entre 1999 a 2003. Naquela época, ele chegou a vender 36% das ações da Petrobrás na Bolsa de Nova Iorque por US\$ 5 bilhões. Valiam mais de US\$ 100 bilhões pelos cálculos da Aepet. Um prejuízo de US\$ 95 bilhões. Ele dividiu a Petrobrás em 40 unidades de negócios, para privatizar uma a uma. E pretendia desnacionalizar a Companhia colocando o nome de Petrobrás", lembrou Siqueira.

### COMBUSTÍVEL

Para Fernando Siqueira, a política de exportação de óleo cru e importação de derivado "é uma política suicida". Segundo ele, "com essa política, o Parente deu um prejuízo na Petrobrás de R\$ 7 bilhões no primeiro trimestre de 2017". Desde outubro de 2016, o prejuízo chega a R\$ 12 bilhões: "Ele fez uma política de preço suicida, elevando os preços pelo mercado internacional. Então, os concorrentes compram no exterior mais barato. A Petrobrás exporta petróleo bruto e as refinarias ficam ociosas".

Ele avaliou também como suicida a política anterior da Petrobrás, de importar combustível mais caro externamente e vender mais barato internamente. As empresas estrangeiras aproveitavam a compra subsidiada feita pela Petrobrás no mercado internacional e, ao contrário do que fazem agora, adquiriam dela os derivados com preços mais baixos para vender com um lucro maior internamente. Ou seja, a Petrobrás tinha prejuízo por conta dessa política enquanto suas concorrentes aumentavam seus lucros. Agora, como lembrou Fernando Siqueira, as distribuidoras concorrentes da Petrobrás importam derivados a preço mais barato e contribuem para estrangular as refinarias brasileiras que acabam ficando ociosas. Eles estrangulam as refinarias e já começam a falar em privatizá-las.

SÉRGIO CRUZ

## BR: Temer acelera privatização da "joia da coroa" da Petrobrás

A BR Distribuidora, maior subsidiária da Petrobrás, responsável por abastecer mais de 8 mil postos de gasolina por todo o Brasil, teve 28,75% de suas ações queimadas na Bolsa de Valores, na sexta-feira (15). Considerada "joia da coroa" da estatal, a BR tem um faturamento de R\$ 86 bilhões e é a única distribuidora que leva combustíveis aos recantos mais afastados do País como Amazonas e Roraima.

A operação gerou R\$ 5 bilhões que vão direto para o cofre da Petrobrás a pretexto de pagar dívidas da petroleira.

Conforme informação do Valor "a oferta atraiu uma demanda dos investidores de 2,5 vezes a quantidade de ações colocadas à venda, sendo 70% de estrangeiros e 10% do varejo". O Citigroup foi o principal banco coordenador da oferta.

Um novo diretor financeiro da BR foi contratado para a nova fase da BR com ações na bolsa. Seu nome é Rafael

Grisolia, com 20 anos de atuação no setor de combustíveis, com passagens por empresas como as multinacionais Esso e Cosan Combustíveis.

A venda das ações da BR Distribuidora faz parte do plano de "desinvestimento", iniciado no governo Dilma, que na verdade significa a privatização do patrimônio do povo brasileiro, com a venda dos ativos da maior estatal brasileira. Na gestão de Aldemir Bendini à frente da Petrobrás, em agosto de 2015, foi aprovada a venda de 25% da BR Distribuidora.

Em setembro deste ano, o Conselho de Administração da Petrobrás, presidida pelo preposto de Temer, Pedro Parente, ampliou o plano e aprovou a privatização de até 40% da BR. Travestido de frentista, durante o ato criminoso na Bolsa, Parente declarou: "A BR representa a maior infraestrutura de armazenamento e a maior rede logística entre as distribuidoras do país".

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSALIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusá,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br





## Procuradora-geral da República Raquel Dodge aciona STF contra propaganda mentirosa do governo Temer

A Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, entrou na segunda-feira (18) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a propaganda do governo em defesa da “reforma” da Previdência. Para ela, o governo “não pode dispor de dotação orçamentária suplementar de R\$ 99,3 milhões para tentar convencer a sociedade sem que haja espaço para opiniões divergentes”.

Em outras palavras, Temer não pode usar dinheiro público para continuar mentindo sobre um falso déficit da Previdência. As entidades ligadas aos auditores fiscais da Previdência desmentiram de forma cabal os falsos números apresentados pelo governo. Eles comprovaram que a Previdência não é deficitária como apregoa o Planalto e que, por isso, não há justificativa para as mudanças previstas na reforma. Não é à toa que Temer não conseguiu colocar a proposta em votação este ano.

“É inadmissível, assim, a utilização de verba pública para a veiculação de propaganda que não explícita de maneira clara e transparente a totalidade dos dados pertinentes ao tema sobre o qual o governo entendeu por bem que a população se debruçasse”, diz a procuradora, em um trecho da petição. Ela pediu a concessão de uma liminar a fim de evitar os danos irreparáveis ou de difícil reparação aos brasileiros submetidos à campanha do governo.

Raquel Dodge insiste que não há consenso da população acerca da reforma da Previdência e, por isso, não se pode utilizar verba pública para favorecer exclusivamente “um dos lados”. A procuradora defende um debate amplo e participativo de propostas sobre alterações constitucionais e afirma que não podem ser utilizados recursos públicos para difundir argumentos unilaterais.

# Temer ameaça com Fundão para assaltar a Previdência



## Sem voto, o governo de Temer apela para o dinheiro do fundo eleitoral Gilmar Mendes solta Adriana Ancelmo e aliado a Dias Toffoli sabota a Lava Jato

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar a ex-primeira dama do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo. A decisão, na segunda-feira (18), substituiu a prisão preventiva por prisão domiciliar.

Adriana Ancelmo estava presa na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, onde está preso seu marido, o ex-governador Sérgio Cabral. Ela foi presa pela primeira vez em dezembro do ano passado, no âmbito da Operação Calicute, um desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro.

Até o mês passado, ela cumpria prisão domiciliar, mas, por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), teve de retornar à cadeia. Em setembro deste ano, Adriana foi condenada a 18 anos e três meses de prisão por lavagem de dinheiro e por ser beneficiária do esquema de corrupção comandado por Cabral.

O ministro também mandou suspender um inquérito em tramitação no Superior Tribunal

de Justiça (STJ), que investigava o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), por suspeita de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e caixa 2.

Segundo as investigações, um grupo de auditores da Receita do Paraná cobrava propina de empresários para aliviar o pagamento de tributos. Em 2014, parte do suborno foi repassado à campanha de Richa para governador, segundo investigações do Ministério Público.

Além destas duas decisões sabotadoras, o ministro se aliou a Dias Toffoli para conspirar contra a Lava Jato na Segunda Turma do STF. Por 2 votos a favor, sendo um do relator Gilmar Mendes, e 1 voto contra, de Edson Fachin, também foi solto o “barão da quentinha” no Rio de Janeiro, Marco Antônio de Luca, preso em junho na Operação Ratatouille, denunciado por corrupção e organização criminosa.

O empresário pagava propina a Sérgio Cabral, para ser favorecido no fornecimento de merenda para escolas e “quentinhas” para presídios do Estado. Desde 2007, ano

em que Cabral assumiu o governo do Rio, suas empresas cresceram 853 vezes em valores acertados com os cofres públicos.

A decisão substituiu a prisão preventiva por medidas alternativas, como proibição de contato com outros investigados; proibição de deixar o país, com entrega de passaporte; recolhimento em casa à noite e fins de semana.

Mendes e Toffoli rejeitaram ainda denúncia contra o senador Benedito de Lira, o deputado federal Arthur Lira e o deputado José Guimarães (PT/CE). Pai e filho, ambos do PP, eram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ambos receberam propina de R\$ 2,6 milhões em 2010 e 2011 de um esquema de corrupção na Diretoria de Abastecimento da Petrobrás.

O deputado petista José Guimarães é acusado de receber R\$ 97 mil em propina da Engevix, ligada à liberação de um empréstimo pelo Banco do Nordeste. Dias Toffoli foi nomeado para o Supremo no governo de Lula.

## Glauco pede quebra do seu sigilo para provar que negociou com o advogado amigo de Lula

O empresário Glauco da Costamarques, contestado pela defesa de Lula, resolveu contar tudo sobre as transações envolvendo o terreno que seria para o Instituto Lula. Ele pediu nesta segunda-feira (18) ao juiz Sérgio Moro, através de seu advogado, a quebra de seu sigilo telefônico. O objetivo da medida é esclarecer os fatos relativos à compra do terreno. Segundo o empresário, em 2011 ele foi procurado por Roberto Teixeira, advogado de Lula e por seu primo, José Carlos Bumlai, para convencê-lo a participar da compra de um terreno em São Paulo.

Glauco diz que a quebra do sigilo vai esclarecer todo o episódio em que ele foi acionado para intermediar o negócio. Teixeira teria dito ao empresário, nessas conversas telefônicas, que ele adquirisse o direito de compra do terreno para em seguida repassá-lo a outro comprador. Este comprador era Demerval Gusmão, dono da DAG Construtora, que foi acionado por Marcelo Odebrecht. Segundo Gusmão, Marcelo, de quem era amigo, disse a ele que participasse da compra porque a Odebrecht não poderia aparecer no negócio.

Glauco, então, entrou na transação e adquiriu o seu direito de compra. Depois repassou esse direito para a DAG. Recebeu por isso R\$ 800 mil. O dono da DAG contou em seu depoimento que resistiu a repassar os recursos para Glauco. Afinal, “ele não tinha feito quase nada”. No fim acabou pagando. Quando Lula desistiu do projeto,

Demerval tentou vender o terreno. Não conseguindo, ele cobrou da Odebrecht e foi ressarcido dos R\$ 7 milhões gastos para adquirir o imóvel.

Glauco saiu do negócio com R\$ 800 mil limpos. Segundo sua defesa, ele foi cobrado posteriormente por Roberto Teixeira para que devolvesse esse dinheiro. Costamarques conta que foi reclamado com seu primo Bumlai, mas este respondeu que não podia se “indispor com esse pessoal”. “Faça isso por mim”, pediu Bumlai. Ele não aceitou devolver os R\$ 800 mil porque teria que pagar impostos. Concordeu em devolver somente R\$ 650 mil. Na petição desta segunda-feira a defesa apresentou extrato bancário de abril de 2011 comprovando o saque de R\$ 650 mil em espécie.

O empresário relata, através de sua defesa, que dois homens enviados por Roberto Teixeira foram até sua residência “em um carro preparado para o transporte seguro de valores” e transportaram os R\$ 650 mil. Segundo Costamarques, as ligações telefônicas

com Teixeira poderão provar que foram feitas tratativas para o recebimento, por parte dessas duas pessoas, dos R\$ 650 mil arrecadados com a transação do terreno.

Posteriormente, Costa Marques foi convencido novamente pelo primo Bumlai a participar da compra do apartamento vizinho a Lula em São Bernardo. O empresário informou que adquiriu o imóvel e passou quatro anos sem receber nenhum aluguel pela suposta locação da família Lula. Só após 2015 ele passou a receber. Ele disse que sempre achou que o apartamento não lhe pertencia de verdade. Achava que pertencia a seu primo Bumlai, um dos acusados de operar esquemas de propina para Lula. “Depois que o Bumlai foi preso, eu pensei, agora o apartamento é meu mesmo. Já está no meu nome mesmo, então eu vou assumir. Porque até aquela data, na minha cabeça, eu tinha comprado para o José Carlos e ele estava me devendo esse dinheiro do apartamento”, disse Marques no depoimento a Sérgio Moro.



Bumlai, amigo de Lula, primo de Glauco Costamarques

## Governo diz que só terá R\$ 5 milhões quem votar contra as aposentadorias

O governo Temer – essa ficção governamental formada por uma quadrilha, alguns já atrás das grades – desistiu, enfim, de colocar em votação o ataque à Previdência neste ano.

Portanto, toda a palhaçada armada em torno das declarações do prejudicado Jucá era, somente, palhaçada. Jucá achava que os seus colegas estavam comendo uma propina maior que ele, tapeando os pistoleiros do mercado financeiro com a história de que iriam colocar (e aprovar) a emenda contra a Previdência antes do fim do ano. Estava inconformado por não receber uma beira – ou por só receber uma beira. Por isso, Jucá resolveu acabar com a farra dos outros investigados; proibição de deixar o país, com entrega de passaporte; recolhimento em casa à noite e fins de semana.

Mendes e Toffoli rejeitaram ainda denúncia contra o senador Benedito de Lira, o deputado federal Arthur Lira e o deputado José Guimarães (PT/CE). Pai e filho, ambos do PP, eram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ambos receberam propina de R\$ 2,6 milhões em 2010 e 2011 de um esquema de corrupção na Diretoria de Abastecimento da Petrobrás.

Na segunda-feira, foi o mesmo Jucá que revelou o novo e sensacional expediente do governo para aprovar a emenda contra as aposentadorias: privilegiar os deputados que votarem a favor com mais dinheiro do famigerado fundo eleitoral, que – aliás, por proposta do PT – foi aprovado em outubro.

Disse Jucá: “Não vai ter retaliação, mas vai ter valorização, ou seja, aqueles que são mais fechados com a posição do partido têm que ser valorizados. Aquelas figuras que têm sido leais ao partido devem receber, efetivamente, um tratamento diferenciado”.

Em suma, quem não votar a favor de estripar a Previdência Social não vai ter direito ao dinheiro do fundo, exceto, talvez, alguns tostões.

Porém, é óbvio que no ano que vem, a eleição estará mais próxima do que hoje. Portanto, o governo terá mais dificuldade de encontrar quem apoie uma proposta que é, por si mesma, um suicídio eleitoral. Mas Jucá, Temer, Padilha, etc., querem convencer os deputados de que, se eles receberem mais dinheiro, podem votar contra o povo em fevereiro do próximo ano, oito meses antes das eleições, e, mesmo assim, se reelegerem.

Apesar de seu vício por dinheiro, nem eles acreditam nisso. Sobre tudo porque sabem que esse dinheiro – esse suborno pelo fundo eleitoral – é uma vigarice.

Imaginemos que todo o fundo eleitoral, essa indecência que monta a R\$ 1,75 bilhões, seja dividido pelos deputados necessários para aprovar a emenda do Além-túmulo: 308 deputados.

Cada um ficaria com 5,7 milhões. O máximo que poderia acontecer, nesse caso, é que esses deputados trocariam seus mandatos por R\$ 5,7 milhões.

Entretanto, pela lei, parte do dinheiro do fundo irá para partidos e deputados que não estão apoiando o projeto. Além disso, o governo (ou os partidos governistas) não podem deixar deputados governistas que não votarem contra a Previdência sem um níquel do fundo. Seria um atentado à própria Constituição, pois implicaria no fim de qualquer democracia, mesmo aquela que é apenas farsa, dentro dos partidos. Mesmo com a composição atual, isso jamais passaria pelo TSE e pelo STF.

Portanto, o dinheiro que Jucá e sua quadrilha estão prometendo nem chega ser vendável – como aquele da música de Paulinho da Viola. É mentira mesmo.

Porém, vejamos mais algumas coisas. O fundo eleitoral é um desvio das emendas parlamentares.

Em resumo, 30% do valor dessas emendas – destinadas à Saúde, Saneamento, Infraestrutura, Educação, etc. (v. HP 14/11/2017) – foram desviados para substituir, com dinheiro público, as propinas das empreiteiras, o roubo em cima da Petrobrás e outras propriedades públicas, que a Operação Lava Jato tornou inviável.

Para as eleições de 2018, o fundo aprovado, como já mencionamos, será de R\$ 1,750 bilhões.

Esse é o dinheiro que será desviado das emendas para a Saúde, e outros setores, para empanzar ladrões do Erário, por proposta original do PT. Que a lei obrigue que alguns que não são ladrões do Erário recebam uma parte – ainda que infima – desse fundo, é apenas um subproduto, indesejável para os corruptos, mas inevitável, pois não regredimos, apesar de Gilmar Mendes, ao estatuto jurídico de Trujillo ou Papa Doc Duvalier.

O governo, explicitamente, quer usar esse fundo – dinheiro destinado ao atendimento do povo já desviado indevidamente para estufar com dinheiro público o esquema de propinas do PMDB, PT, PP e outras organizações criminosas – para um objetivo mais espúrio ainda: subornar, chantagear e forçar deputados a votar em uma sandice neoliberal, à altura (ou à baixa) somente de um pervertido total, um degenerado repugnante, como Meirelles, que tem o propósito de cortar o valor das aposentadorias e impedir os trabalhadores de se aposentar.

[NOTA: Aliás, o deputado Artur Maia (PPS-BA), relator da proposta do governo, na impossibilidade de lê-la, na quinta-feira, proferiu um discurso mentiroso (v. matéria na página 5) – e monstruoso.

Maia só faltou dizer que ninguém será atingido por sua “reforma”, que só teria o objetivo de “combater privilégios”.

Chamamos a atenção apenas sobre um ponto, pouco conhecido, do substitutivo (aliás, “emenda aglutinativa”) do deputado, que alguns apresentam como uma forma “suave” do projeto original, onde o governo teria feito muitas concessões. Diz o texto assinado pelo deputado:

“§ 22. (...) as idades mínimas [para aposentadoria] serão majoradas em um ano, quando houver aumento em número inteiro na expectativa de sobrevivência da população brasileira, etc.”.

Pelo projeto do governo, assinado pelo deputado Maia, o aumento da expectativa de vida, portanto, tornar-se-ia (!) uma maldição. Quanto maior a vida, menos possibilidade de aposentar-se.

Portanto, o privilégio que Maia, Temer e outros patifes querem combater é o privilégio de aposentar-se.]

Temer disse, também na segunda-feira: “Não dá para ser governo para um episódio, e ser contra o governo em outros episódios”.

Parece coisa daquele palhaço fascista, Benito Mussolini. Temer disse, literalmente, que, deputados, para apoiar o seu governo, têm que renunciar à própria consciência e a qualquer senso social ou moral.

Talvez só alguém assim consiga apoiar o seu governo.

Tudo isso revela muito sobre o caráter dessa trupe – se é que isso ainda interessa – e sobre o caráter de sua intentona contra a Previdência.

Mas não garante que nada disso seja sério, que não seja outra presepada.

Pelo contrário, tudo indica que é exatamente isso.

CARLOS LOPES

## MP que deu foro privilegiado a Moreira Franco é ilegal, diz a procuradora Raquel Dodge

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, reafirmou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) que é inconstitucional a Medida Provisória (MP) que assegurou status de ministro ao titular da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco. A posição já tinha sido manifestada pelo antecessor, Rodrigo Janot. A relatora da ação é a ministra Rosa Weber, mas a decisão será tomada pelo plenário do STF.

A medida provisória foi sancionada em novembro por Michel Temer, após ser aprovada pelo Congresso. Convertida em lei, a MP reestruturou os ministérios do governo e garantiu a Moreira Franco a condição de ministro. Com isso, ele ganhou foro privilegiado, isto é, a prerrogativa de ser julgado somente pelo STF. Sem o foro, ele seria julgado pela primeira instância da Justiça, provavelmente pelo juiz Sérgio Moro.

Ao lado de Temer e de outros ministros do governo, Moreira Franco é citado em delações de executivos das em-

presas Odebrecht e da JBS e foi denunciado pela Procuradoria Geral da República pelo crime de organização criminosa.

O executivo Claudio Melo Filho, ligado à empreiteira Odebrecht, afirmou à Procuradoria-Geral da República que o ex-ministro Moreira Franco (Secretaria de Aviação Civil/Governo Dilma) recebeu R\$ 3 milhões em propina em 2014. Nas planilhas da Odebrecht, Moreira Franco é vulgo “Angorá”. Em troca, Moreira Franco cancelou plano para construção de um terceiro aeroporto internacional de São Paulo, no município de Caieiras, próximo a Guarulhos.

A assessoria da Secretaria-Geral da Presidência divulgou nota na sexta-feira (15) dizendo que a MP “foi editada com o objetivo de reorganizar a administração pública e por ser necessária à gestão do governo federal”. O MPF questiona a urgência da medida. Na opinião do ministério público a medida foi tomada exclusivamente para blindar Moreira Franco.

## Para o senador Alvaro Dias, Lula “foi o líder de uma organização criminosa”

O senador Alvaro Dias (PR), pré-candidato à presidência da República pelo Podemos, afirmou que a condenação de Lula no processo do triplex do Guarujá (SP) “é inevitável” diante do que ocorreu.

“Ele foi o líder de uma organização criminosa que assaltou o Brasil e provocou milhares de mortes. São milhares de brasileiros, principalmente em regiões mais pobres como Nordeste e norte, amontoados e morrendo em corredores de hospitais porque o dinheiro para o atendimento não chega porque foi para a conta bancária dos barões da corrupção”,

disse, em entrevista a BandNews FM e ao Metro Jornal.

O político paranaense também criticou o que chamou de desvio de finalidade do BNDES e a política do governo Temer, que tenta vender a ideia de que a reforma da Previdência vai equilibrar as finanças públicas.

“O responsável pelo rombo é a dívida pública que cresceu na irresponsabilidade do governo”, declarou, observando que o “BNDES é um banco para fomentar o desenvolvimento do nosso país e gerar emprego aqui, mas o dinheiro foi usado para pagamento de propina e estimular a corrupção internacional”.



# Camargo Correa aponta formação de cartel em metrô de 8 estados

Acordo de leniência com a Lava Jato e Cade expõe a formação do 'Tatu Tênis Clube' cartel das maiores empreiteiras do país para atuar no setor de transportes

A empreiteira Camargo Corrêa revelou, em acordo de leniência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), um megasquema de cartel nas licitações das obras de metrô em São Paulo, Distrito Federal e outros seis estados, operado durante 16 anos com a participação de mais oito empresas, a maioria delas, investigadas também na Operação Lava Jato.

O cartel, que se autoneomeou como "Tatu Tênis Clube", fraudou ao menos 21 licitações. Ele teve início em 1998 e teria durado até 2014. Segundo a empreiteira, o grupo atuou em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Outras oito empresas estiveram envolvidas: Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Carioca, Marquise, Serveng e Constran.

Desdobramento da Operação Lava Jato, a investigação utiliza informações obtidas por meio de um acordo de leniência (espécie de delação premiada envolvendo empresas) com a empreiteira Camargo Corrêa. O acordo foi assinado pelo Cade em conjunto com o MPF (Ministério Público Federal) em São Paulo.

No esquema, além de combinar os preços e vencedores das licitações nos diferentes estados. As empresas realizam estudos de viabilidade para novas obras onde não existem linhas de metrô, como é o caso do Paraná e Rio Grande do Sul.

A empreiteira relatou três fases de operação do cartel em seu acordo de leniência. O primeiro período vai de 1998 a 2004 e é chamado de "fase histórica". Nestes anos, apenas Andrade Gutierrez e Odebrecht dividiam as licitações com a Camargo Corrêa.

Entre 2004 e 2008, o cartel foi batizado de "Tatu Tênis Clube", em referência ao maquinário utilizado para a perfuração dos túneis dos metrô. OAS e Queiroz Galvão se juntaram ao grupo, que passou também a ser chamado de "G5".

Entre 2008 a 2014, aumentou o volume de contratos, principalmente devido às obras do PAC, da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016.

Para conseguir operar as obras nos estados, o relatório cita que, entre 2009 e 2013, executivos de alto escalão das empresas brasileiras se reuniram pelo menos 27 vezes para trocar informações sensíveis para os acordos. A partir dos encontros, as empresas se organizavam para fazer propostas maiores ou mesmo abriam mão de apresentar propostas para evitar disputas.

## TRENSALÃO TUCANO

A maioria dos contratos estabelecidos entre as construtoras se concentra em São Paulo. Nesses 16 anos, o período relatado pela Camargo Corrêa, quem governou o estado foram os tucanos e todas as grandes obras de mobilidade são citadas. Dentre elas obras da Linha 2 - verde e Linha 5 - lilás, do Metrô, o projeto de trecho paralelo à Raposo Tavares (futura Linha 22) e projeto na região

M'Boi Mirim; a Linha 15 - prata Expresso Tiradentes e Linha 17 - ouro, a Linha 15 - branca (trecho Vila Prudente/Dutra); todas do Monotrilho e a Linha 6 - Laranja, do metrô de São Paulo.

Os esquemas constituíram a fraude nas licitações, pagamentos de propinas aos integrantes do governo tucano, além de obras atrasadas que até hoje não foram entregues. Apesar dos documentos disponibilizados neste acordo de leniência não falarem em pagamento de propina a gestores públicos, diversos outros casos de manipulação de licitações já foram denunciadas no chamado trensalão tucano.

O trensalão, um dos esquemas do propinoduto tucano, indicou servidores públicos, doleiros, empresários e executivos de multinacionais do setor pela participação do conluio para obter contratos com o Metrô de São Paulo e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Em acordo de leniência firmado em 2013 com Cade, a Siemens revelou que o cartel agiu durante pelo menos uma década - governos Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB.

## CASTELO DE AREIA

O conteúdo relatado pela empreiteira neste acordo de leniência poderia ter sido revelado já a partir de 2009. A Operação Castelo de Areia, deflagrada pela Polícia Federal naquele ano. A investigação apurou o envolvimento da construtora Camargo Corrêa em desvio de dinheiro e pagamento de propina a diversos políticos, inclusive o atual ocupante da Presidência da República, Michel Temer.

O acervo da operação inclui documentos, planilhas, manuscritos e e-mails apreendidos nas casas e escritórios de ex-executivos da construtora Camargo Corrêa, além de gravações de escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal. À época, o material levou à abertura de mais de 50 apurações em diversos estados.

Os documentos apreendidos pela Polícia Federal (PF) na casa de Pietro Giavina Bianchi, diretor financeiro da empreiteira Camargo Corrêa, reuniam indícios de pagamento de propina pela empresa a diversos políticos e membros do governo tucano de São Paulo.

O nome de Michel Temer (PMDB) surgiu 21 vezes associada a pagamentos que totalizaram US\$ 345 mil (cerca de R\$ 1,8 milhão em valores atuais), entre 1996 e 1998, quando era presidente da Câmara.

Num golpe, a Castelo de Areia foi anulada em 2010 após medida liminar concedida por Cesar Asfor Rocha, então presidente do STJ. Em abril de 2011, a 6ª turma do tribunal anulou definitivamente a operação. Para os ministros do STJ, as provas obtidas por meio de gravações autorizadas pela Justiça eram ilícitas, uma vez que teriam se baseado em uma denúncia anônima.

O advogado da Camargo Corrêa era Márcio Thomaz Bastos, que foi ministro da Justiça do governo Lula entre 2003 e 2007.

## Plano de negócios da Eletrobrás prevê corte de 45% no investimento

O novo Plano Diretor de Negócios e Gestão de 2018 a 2022 da Eletrobrás, publicado na última segunda-feira (18), prevê um corte de 44,7% nos investimentos em relação ao anterior. Assim, o governo e a direção da Eletrobrás pretendem forçar ainda mais a privatização da companhia, já o documento deixa como única possibilidade, para o aumento no investimento, a receita das privatizações das hidrelétricas.

O plano basicamente desmonta a Eletrobrás, e prevê investimentos de R\$ 19,7 bilhões entre 2018 e 2022, frente aos R\$ 35,766 bilhões previstos no plano 2017 a 2021. A justificativa da Eletrobrás para esta redução é que não há investimentos adicionais em distribuição de energia por conta da expectativa de venda das concessionárias.

No plano, a Companhia reafirma a decisão de deixar o setor de distribuição. "A saída da companhia do segmento de distribuição, como controladora de distribuidoras, poderá contribuir para a melhoria da Ebitda da Eletrobrás e também evitará desembolso de recursos pela Eletrobrás para financiar déficit de caixa e investimentos dessas distribuidoras, contribuindo para o atingimento da estratégia de redução do indicador dívida líquida/Ebitda", destaca.

A Eletrobrás lembrou que o plano de desestatização, proposto

pelo Ministério de Minas e Energia (MME) ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI), deverá ocorrer sem participação do Governo Federal, que terá sua fatia no controle das ações diluída.

A empresa alongou o prazo para a venda das suas seis distribuidoras no Norte e Nordeste, caso a privatização delas não seja concluída. No documento destaca que "a depender da deliberação a ser tomada pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28 de dezembro" [na qual está prevista para ser votada a modelagem de privatização das distribuidoras] a venda do controle dessas empresas "poderá ocorrer até 31 de julho de 2018". A Eletrobrás pretende privatizar a Amazonas Energia (AM), a Eletroacre (AC), a Ceron (RO), a Boa Vista Energia (RR), a Cepisa (PI) e a Ceal (AL).

A Eletrobrás também decidiu promover um Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), com estimativa de reduzir sua folha de pagamento demitindo de 3.017 trabalhadores. O custo estimado para o desligamento será de R\$ 965 milhões.

Mas segundo propaganda Governo Federal, "o leilão vai gerar economia na conta de luz ao longo dos 30 anos de concessão e mais de 17 mil empregos".



Cartel fraudou 21 licitações, dentre elas as das linhas de Metrô de São Paulo

## Cabral confirma ter pedido R\$ 5 milhões a empreiteiro, mas disse que não foi propina

O ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, assumiu que pediu dinheiro ao empresário Flavio Werneck, dono da FW Engenharia, mas negou que fosse propina. Em depoimento ao juiz Marcelo Brêtas, na última segunda-feira (18), no Rio, o ex-governador disse "[Flavio] iria me ajudar em campanhas eleitorais, eu abri mão de ajuda de campanha para essa ajuda a mim".

Segundo Cabral os recursos não eram caixa dois para campanha, explicação que tem sido a linha central de sua defesa para responder à acusação de ser o líder de uma organização criminosa antes e durante seu mandato como governador.

O ex-governador estimou em R\$ 5 milhões a "ajuda" de Flavio Werneck e disse que o valor poderia ter sido muito maior, mas que o pedido foi mais baixo do que os demais empresários porque Werneck era um amigo de infância. Os pais do empresário eram amigos de seus pais, e ambos cresce-

ram juntos no Engenho Novo e depois no Leblon.

Já, Flavio Werneck, que prestou depoimento antes de Cabral afirmou que pagava ao ex-governador propina de 5% sobre cada contrato que sua empresa assinava com o Estado do Rio. "Em diversas obras que fizemos para o governo do Estado havia o compromisso de 5% [do valor total da obra]", destacou.

Segundo Werneck, o valor total da propina ficou entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões, pois na época seu faturamento com serviços ao Estado foi de aproximadamente R\$ 400 milhões. A propina era paga através de notas fiscais frias para empresas do irmão de Cabral, Maurício Cabral, sua ex-mulher Susana Cabral e o operador financeiro do esquema, Carlos Miranda.

"Ninguém inventou nada. Acho que vem de tempos atrás. Simplesmente concordamos, erradamente, em participar deste tipo de situação até para exercer nossa profissão" disse Flavio ao confirmar a existência de propina.

## CINEMA

Também na última segunda-feira, o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu a transferência de Cabral para o Complexo Penitenciário Gerició, em Bangu, e a suspensão do diretor do presídio de Benfica em investigação sobre "cinema" na cadeia. Em uma sala foram instalados uma TV de 65 polegadas e um home theater, com aparelho Blu-ray com cerca de 160 filmes. O termo de doação dos aparelhos era falso e foi feito dentro da unidade prisional em um computador da secretaria.

Os equipamentos foram encomendados pelo governador e outros presos, em nome de uma senhora de 70 anos que trabalha na capela prisional. Eles disseram para a senhora que fizeram uma vaquinha e que os filmes que assistiriam teriam conteúdo religioso evangélico. O nome de duas igrejas foi usado para simular uma doação. Segundo o MP-RJ a direção da prisão "está fazendo de tudo para obstaculizar a investigação".

## Servidores do Teatro Municipal do Rio de Janeiro protestam contra salários atrasados

Músicos e artistas se reuniram nas escadarias do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, na tarde desta segunda-feira (17), em um protesto contra o atraso dos salários. O ballet, o coro e a orquestra do teatro executaram a Carmina Burana durante o evento, que contava com um público de centenas de pessoas.

"Estamos sendo despejados de nossas casas. Antes dizer que era artista do Theatro Municipal representava

prestígio. Hoje, não", disse, Ciro D'Araujo, da comissão de artistas que negocia com o governo estadual.

O teatro é vinculado à Secretaria Estadual de Cultura e tem sido afetado pela crise nas contas do estado.

"Nós temos talento para gritar no meio da rua e vamos fazer isso quantas vezes for necessário. A nossa maneira de gritar, de mostrar indignação, é mostrar a nossa arte", acrescentou, antes do início da apresentação desta segunda.

Segundo os servidores, quatro folhas de salários estão atrasadas e não há repasse para manutenção do espaço.

"Todos precisamos de saúde, educação e segurança, mas também de arte, o alimento de nossas almas. Não podemos ver essa arte destruída por autoridades que não pisam e nem vem a esse teatro", afirmou a bailarina e professora Eliana Caminada, que a muitos anos trabalha no Theatro Municipal.



"Estamos sendo despejados de nossas casas", afirmaram os músicos

## Tribunal de Justiça do Pará liberta todos os policiais acusados da chacina de Pau D'Arco

Nove dos 17 policiais civis e militares acusados por envolvimento na chacina que deixou mais de 10 trabalhadores rurais mortos no sudeste do Pará em maio deste ano tiveram a liberdade concedida pelo Tribunal de Justiça do estado nesta segunda-feira (18).

A Justiça aceitou os pedidos de habeas corpus solicitados pela defesa dos acusados. A decisão foi por 4 votos a 3. A maioria dos magistrados entendeu que não existem mais motivos que sustentavam as prisões preventivas. Agora, a Vara Criminal de Redenção, onde tramita o processo, irá determinar quais serão as medidas cautelares que os policiais libertados deverão cumprir para não retornarem à prisão.

Os policiais foram denunciados em setembro pelo Ministério Público por prática de homicídio consumado, homicídio tentado, tortura, associação criminosa e fraude processual. De acordo com a denúncia, no dia 24 de maio um grupo de policiais civis e militares seguiu até a fazenda Santa

Lúcia, no município de Pau D'Arco, para dar cumprimento a 14 mandados de prisão contra trabalhadores suspeitos de envolvimento na morte de um segurança da fazenda em abril. Após a ação, dez agricultores foram assassinados.

A principal linha de investigação é de que foi uma ação planejada de execução, não havendo resistência nem confronto por parte dos trabalhadores. "Tudo indica que houve uma execução sumária", disse em agosto Jeannot Jansen, secretário da Segurança Pública e da Defesa Social do Pará.

Segundo a investigação da Polícia Federal, ao perceberem a presença da polícia, os posseiros fugiram para um ponto no interior da fazenda.

Os policiais encontraram os posseiros abrigados em baixo de uma lona e dispararam. Quatro pessoas foram atingidas. Os demais trabalhadores rurais foram rendidos e em seguida houve outra sequência de disparos. Dez agricultores morreram e nenhum policial foi atin-

gido. Seis das armas dos 29 policiais presentes na ação efetuaram disparos. A perícia feita nos corpos concluiu que nove posseiros foram baleados no peito e uma mulher foi atingida na cabeça com um tiro à queima-roupa. Ainda segundo os peritos, não havia marcas de bala nos coletes dos policiais.

A versão dos acusados é de que os assentados tinham um arsenal de armas de fogo e reagiram à presença dos policiais. Houve troca de tiros, que resultou nas mortes. Porém, além de todas as provas que contradizem a versão dos policiais envolvidos, familiares das vítimas e sobreviventes alegam que a ocupação da fazenda era pacífica e que os policiais chegaram de forma truculenta e atiraram sem provocação.

Ainda segundo a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), policiais envolvidos na operação retiraram os corpos dos posseiros do local antes que a perícia fosse realizada.



## Vida

Ao ler na edição 3.597, de 19 de Dezembro, "Ciro: PT e PSDB há 24 anos se enfrentam para lotear e roubar" fiquei estupefato. Fico me perguntando o que é esquerda? As esquerdas são burras ou egoístas? Ou são todas, como dizem os coxinhas, "esquerda caviar"? Sinto-me órfão, não pertencendo a nenhum partido (graças a Deus, apesar de ser ateu), tenho votado nos partidos de esquerda porque pregam a solidariedade, tem como plataforma uma sociedade mais justa. No entanto constato que isso tudo é mentira, o que se busca é o poder a qualquer custo, sua vaga na câmara municipal, estadual ou federal, para empregar os amigos, a família e tirar dinheiro do contribuinte, que tristeza, meu Deus.

Francisco Flávio de Oliveira Sousa - São Paulo, SP

**Nota da Redação:** Já pensou em outra hipótese, leitor? A de que essa malta, que você apoiava, nada tem a ver com "esquerda"? Deve ser verdade, pois a corrupção é sempre de direita. Não existe corrupção de esquerda. Quem rouba o dinheiro público, é inimigo do povo e do país. O que isso tem a ver com "esquerda"? É verdade, isso era difícil, muitas vezes impossível, de perceber. Portanto, não cabem arrependimentos sobre o passado. Você apoiou quem achou que devia apoiar. Mas, hoje, você está livre dessa tralha. Não é maravilhoso?

## 129° policial morto no Rio

Dois policiais foram mortos em um intervalo de 12 horas neste final de semana na cidade do Rio de Janeiro. A crise que o estado enfrenta está refletindo diretamente na segurança pública, que somente neste ano de 2017 já soma 129 policiais militares assassinados.

O sargento do 22º BPM (Maré) foi morto a tiros, na madrugada desta segunda-feira, no bairro de Bonsucesso, zona norte do Rio. Fábio Alexandre Eufrásio Silva, 36 anos, foi alvo de tiros de bandidos quando fazia uma abordagem. O PM foi alvejado no braço, na perna, no peito e na cabeça, e chegou a ser levado para o Hospital Federal de Bonsucesso, mas não resistiu ao ferimento. Os bandidos conseguiram fugir e levaram o fuzil de Alexandre, que fazia parte da corporação a mais de 18 anos e tinha 6 filhos.

Policiais militares realizaram operações nas comunidades Arará, Mandela, Jacarezinho e Mangueiras à procura dos bandidos que participaram da morte do sargento. O fuzil do sargento foi recuperado pelos PMs em Mangueiras. O carro usado pelos criminosos, um Cobalt prata, foi encontrado em frente a um dos acessos do Jacarezinho.

Outro policial também foi assassinado na capital fluminense, no final da tarde deste domingo (17). O cabo do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e Maratonista Éder Gomes Mattos foi morto a tiros na Avenida Brasil, também na Zona Norte, durante uma tentativa de assalto.

## Em sala vazia, deputado aprova EAD na Saúde

Extremamente ofegante, o deputado federal Caio Narcio (PSDB-MG) aprovou, praticamente sozinho o substitutivo a um projeto de lei que permite a educação à distância em cursos da área de saúde. "Em discussão. Não havendo quem queira discutir, aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. Aprovado", declarou o deputado, na sessão que durou 2 minutos e 11 segundos.

O vídeo da TV Câmara mostra que todas as cadeiras do plenário estão vazias, e que o único deputado presente na seção era Saraiva Felipe (PMDB), que também estava na mesa que dirigia os trabalhos. Mesmo assim Narcio manteve a tramitação do projeto e continuou "nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos", e encerrou a reunião aprovando a proposta.

A manobra ocorreu horas após uma audiência pública e provocou protestos de integrantes do Conselho Nacional de Saúde. A deputada Alice Portugal (PCdoB) pediu que a sessão fosse cancelada, pois afirma que Narcio não respeitou o regimento interno da Casa, ao reiniciar a sessão durante a votação da ordem do dia, que segundo ela só acabou às 21h45.

O projeto original proibia programas de ensino à distância em cursos da área da saúde, mas a versão do relator, aprovada no plenário vazia da comissão, retira a proibição. Agora, o substitutivo vai para a comissão de seguridade social e família (CSSF).



Caio Narcio (PSDB-MG) colocou em votação e aprovou sozinho a matéria





## RJ: Juiz derruba liminar que barrou demissões na Estácio

O desembargador José Geraldo da Fonseca, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), derrubou na segunda-feira (18), a liminar que havia proibido a Universidade Estácio de Sá de realizar demissões de professores em todo território nacional.

Com base na reforma trabalhista de Temer, o magistrado já havia suspenso outra liminar que impedia a demissão de 1.200 docentes da Estácio proferida pela 68ª Vara do Trabalho do Rio em favor do Sindicato dos Professores. Ao justificar sua decisão, o desembargador argumentou que “não é bom negócio” desrespeitar a nova “lei”, que na prática retrocede em décadas direitos históricos dos trabalhadores.

A demissão em massa da universidade chamou a atenção do Ministério Público do Trabalho (MPT), que abriu inquérito público após denúncia de que a instituição demitiu com o objetivo de recontração aos moldes da reforma trabalhista, ou seja, com salários mais baixos. O órgão determinou ao grupo educacional que entregasse as fichas funcionais de todos os demitidos, “no intuito de investigar eventual caráter discriminatório dessas dispensas”.

## Funcionários pedem socorro ao HU-USP em ato na ALESP

O movimento em defesa do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP), formado por estudantes, médicos e residentes, enfermeiros, funcionários do HU e moradores do bairro Butantã, na zona leste da capital paulista, se reuniram com parlamentares na última segunda-feira, 18, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) na busca de garantir recursos financeiros para manter o HU-USP aberto no ano que vem.

Segundo o diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Gerson Salvador, “o HU sofre um grande desmonte desde 2014 e atualmente está com déficit de 406 profissionais, um dos fatores que ocasionou o fechamento dos prontos-socorros infantil e adulto”.

O grupo apresentou

aos deputados estaduais Marco Vinholi e Carlos Neder propostas do movimento para combater a crise que assola o hospital universitário nos últimos anos, como a falta de investimentos, de profissionais, de insumos médicos, entre outros. Segundo a categoria, Marco Vinholi - relator do Projeto de Lei (PL) 902/2017, que tramita na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa, e tem como objetivo estimar a receita e fixar a despesa do Estado de São Paulo - comprometeu-se a apresentar uma emenda orçamentária ao projeto de lei, que destinaria aproximadamente 48 milhões para contratação de novos profissionais. Segundo Vinholi, esta emenda foi acordada e irá à votação na próxima quarta-feira (20).

## Trabalhador aciona Justiça e é condenado a pagar R\$ 20 mil

Um homem que entrou na Justiça por ter sofrido acidente a caminho do trabalho terá que pagar R\$ 20 mil ao advogado da empresa por perder a ação. A decisão foi proferida pela Juíza Adriana Kunrath, da 5ª Vara do Trabalho de Canoas, no final do mês passado, no estado do Rio Grande do Sul, e foi divulgada esta semana pelo Boletim de Notícias ConJur.

Ao discordar que a empresa teria responsabilidade pelo acidente do almoxarife, a juíza aplicou o art. 791-A da reforma trabalhista (lei nº 13.467), punindo o trabalhador.

Conforme o dispositivo, “serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa”. Isto significa que quem perder a ação terá que pagar. Ao perder, o almoxarife foi condenado a pagar 10% do valor da causa (R\$ 200 mil). Na decisão, a juíza entendeu que a empresa não

tinha culpa do acidente sofrido por terceiro, e negou o pedido do almoxarife que pedia na ação dano moral e pensão vitalícia.

Segundo o trabalhador, que ficou com sequelas por ter sofrido o acidente de trânsito em 2011, quando ia ao trabalho de motocicleta - ele sempre fazia o trajeto de ônibus da própria empresa, entretanto, na data do episódio o motorista do ônibus esqueceu de passar no ponto combinado. Por conta do acidente o almoxarife ficou afastado do trabalho até final de outubro de 2012, quando voltou a desempenhar as funções até ser demitido no decorrer de 2015, em razão do fechamento da empresa em Canoas - período em que entrou com a ação.

Na decisão ainda, a magistrada determinou que o pagamento das horas subscumbência ficasse suspensa por dois anos, para que o trabalhador se estruture financeiramente. Caso neste período o procurador da empresa não comprovar que o ex-empregado tem recursos suficientes, a dívida será extinta.

# Arthur Maia: tirar Previdência de pobre é questão de justiça



Em protesto, servidores “enterram” reforma da Previdência no Congresso



Sem votos necessários, governo remarcou votação para fevereiro

## Aposentados da Cobap convocam ato em janeiro contra votação da PEC 287

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) está se preparando para o próximo ano com mobilizações contra a reforma da Previdência para o dia 29 de janeiro.

A entidade comemorou o adiamento da pauta da reforma para o próximo ano, entendendo que é uma demonstração de fraqueza do governo e do Congresso Nacional, que não estão conseguindo convencer a própria base aliada a votar neste ato, que à previdência pública. Segundo o presidente da COBAP, Warley Martins, “enquanto o governo não ouvir a sociedade e respeitar o relatório da CPI

da Previdência, que está disponível a todos, não haverá reforma”, afirmou.

A Cobap anunciou que “permanece em mobilização e já tem Plenária Nacional marcada com dirigentes e aposentados de todo o país na última semana de janeiro, após a tradicional Missa em Homenagem aos aposentados, que será realizada dia 28/01, na Basílica de Aparecida (SP). No dia seguinte, novas reuniões estratégicas contra a reforma na subseção da entidade, em São Paulo (SP)”.

Warley assegurou que a entidade não irá descansar, iniciando as mobilizações já no mês de janeiro, para ter certeza de que vão enterrar

esta reforma de uma vez por todas. “Ainda afirmamos com convicção que quem votar a favor, não volta a nos representar no Congresso Nacional”, apontou o líder sindical. Temer, Rodrigo Maia, Meirelles e sua corja tentaram a todo custo colocar a PEC (Proposta de Emenda a Constituição) 287, que estabelece a reforma, em votação na Câmara dos Deputados, porém a mobilização das entidades sindicais, do movimento social e o repúdio profundo do povo deixaram os deputados com medo: “quem votar na reforma não se elege mais nem para síndico do prédio”, alertou Warley.

## Temer veta integralmente projeto de lei que garantia negociação coletiva no setor público

Temer vetou integralmente, nesta segunda-feira, 18, o Projeto de Lei nº 3.831/15, aprovado pelo Congresso Nacional, que estabelecia o direito à negociação coletiva dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Atualmente não existe previsão legal de negociação para os servidores públicos. No veto, publicado no Diário Oficial da União, Temer alegou que a medida representava invasão de competência legislativa

de estados, municípios e do Distrito Federal, “não cabendo à União editar pretensão normal geral sobre negociação coletiva”, e por isso o texto seria “inconstitucional”.

O projeto previa a negociação coletiva como regra permanente, legal, de solução de conflitos e havia sido aprovado na Câmara em setembro. Além da negociação, o texto ainda tratava de plano de carreira e de saúde, remuneração, condições de trabalho, estabilidade,

avaliação de desempenho, aposentadoria e demais benefícios previdenciários.

Para o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o argumento do governo é “esdrúxulo”, e aponta que em 2010 o Brasil ratificou a Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública, e que, portanto, não é possível que a lei seja considerada inconstitucional.

## Reforma trabalhista: Pão de Açúcar começa a utilizar jornada de trabalho de 12 horas diárias

O Grupo Pão de Açúcar (GPA) – responsável pelas redes de supermercados Extra e Pão de Açúcar, pelo atacado Assaí e as varejistas de Móveis e eletrodomésticos Ponto Frio e Casas Bahia – anunciou na semana passada que irá adotar a jornada de 12 horas de trabalho.

A jornada de 12 horas, que consiste em trabalhar 12 horas e descansar 36, não era permitida para o setor de serviços, porém, após a edição do “reforma” Trabalhista, é possível contratar trabalhadores para que trabalhem

por 12 horas diretas, sem receber hora extra.

Além do Grupo, a rede de varejo Magazine Luiza, com 800 lojas e 20 mil empregados em todo o país, também está “estudando” a ideia de adotar essa forma de contratação. Segundo o presidente do GPA, Ronaldo Iabrudi, para a companhia, a jornada 12x36 poderia ser benéfica porque reduz o tempo gasto por empregados no transporte até o trabalho, já que o número de vezes que o trabalhador precisa ir de casa ao local de

trabalho é menor. Nas duas empresas a grande maioria das lojas funciona por longos períodos de tempo, às vezes até 24 horas.

Recentemente a rede Magazine Luiza também adotou outra forma de contratação prevista na reforma de Temer; o trabalho intermitente. Para o “Black Friday”, evento copiado das redes de varejo americanas em que o movimento é muito intenso, a loja contratou cerca de 1.700 pessoas. O salário foi pago por hora trabalhada: R\$ 4,50.

## Líder do governo defendeu redução das aposentadorias de todos os servidores

No mesmo dia em que o governo admitiu que não haveria como votar a PEC da Previdência este ano, o líder do governo, deputado Arthur Maia, relator da emenda aglutinativa (projeto reduzido da reforma), voltou a declarar mentiras sobre o projeto. O discurso começou revelando o grau de democracia que existe no parlamento brasileiro: “Não podemos, em absoluto, correr o risco de trazer essa matéria para o Plenário da Câmara e sofrer uma derrota. Essa PEC não pode ir para votação com qualquer margem de dúvida quanto à sua aprovação”, disse.

Obviamente essa votação democrática nada tem a ver com negociação de cargos, compra de votos, distribuição de emendas parlamentares e até mesmo fundo eleitoral sendo utilizado como suborno para a garantir o apoio à reforma (ler mais na página 3).

Mas isso tudo não importa. Porque, de acordo com o deputado, a aprovação do projeto resolverá todas as injustiças que reinam no país: “A PEC que se coloca dirige-se exclusivamente contra os privilégios, para garantir o direito de quem tem menos, para garantir que aquele que é pobre e que precisa da sua aposentadoria possa ter esse direito ao longo de toda a sua vida”.

O projeto de Temer deixa claro como pretende que seja feita essa “justiça”: limitar para baixo, reduzindo o teto da aposentadoria paga a todos os servidores. Assim como os funcionários públicos federais, os servidores estaduais, municipais e do Distrito Federal não poderão receber acima do teto do INSS, de R\$ 5.531, a não ser que paguem por uma previdência complementar privada. Isso é o que consta no projeto que será enviado formalmente ao Congresso no próximo ano. Como explica o próprio deputado, “em 2013, aprovamos um projeto de lei exatamente igual, proposto pela Presidente Dilma Rousseff, que inclusive teve o meu voto, e que dizia o seguinte: Nenhum servidor público que ingressar no serviço público daqui para frente poderá ganhar mais do que o teto do INSS. Aprovamos isso aqui, e essa regra já vale desde 2013 para os servidores públicos federais. O que essa PEC faz agora? Essa PEC ordena que essa mesma regra venha a valer para os servidores estaduais e municipais”.

Ouvindo assim parece que os servidores no Brasil ganham fortunas. Talvez basta lembrar dos professores das escolas ou universidades públicas no país, do quanto são desvalorizados, em todas as esferas, para termos uma ideia da situação.

Para propagar o argumento de que vai “acabar com os privilégios”, e assim conseguir apoio na população para, na realidade, cair de assalto no dinheiro dos trabalhadores, o governo utiliza como exemplo casos de cargos em que os proventos são altos, como juizes, promotores, ou deputados, como disse o próprio Arthur Maia em seu discurso: “Somos apenas 2% da força de trabalho brasileira (que se aposenta recebendo R\$ 33 mil), enquanto a maioria dos brasileiros só pode se aposentar ganhando 5.531 reais”. No entanto, querem o que dizem é que para corrigir essa injustiça é necessário condenar milhões. Não garantir as suas aposentadorias, mas garantir a manutenção de uma política que tem como prioridade os juros, a especulação.

Para o deputado, Temer, e a quadrilha toda, a solução está em colocar na previdência privada o conjunto dos servidores que recebe acima do teto. A solução está em exigir mais tempo de trabalho das pessoas que atualmente já não conseguem comprovar o tempo de contribuição necessária para a aposentadoria, no caso do Regime Geral. Não é à toa que 2/3 das aposentadorias hoje são de apenas 1 salário mínimo.

Ou seja, o discurso de “acabar com os privilégios” esconde o verdadeiro objetivo que é o de aumentar ainda mais os privilégios de bancos ou instituições que vivem de especulação para “segurar” o dinheiro de quem trabalha e contribui. E quem não puder arcar com a previdência privada não recebe.

Para o governo a solução está em exigir de todos os trabalhadores, servidores ou não, a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, e o tempo mínimo de contribuição (15 anos para trabalhadores do setor privado e 25 anos para servidores). Esses requisitos não garantem 100% do benefício. Para obter o total do benefício serão necessários 40 anos de contribuição. Para o governo, essa é a solução, e não estancar a sangria, investir, aumentar o emprego, elevar o vergonhoso salário mínimo nacional, e assim, as aposentadorias, gerar riqueza para a Nação. O que vale mesmo é esfolar o povo e para isso vale tudo.

E assim, baseado na mentira, que o governo pretende aprovar em fevereiro a reforma. Mais uma vez irão se deparar com a mobilização dos trabalhadores, que estão em estado de greve em diversas categorias. Na semana passada, servidores “enterraram” o projeto em manifestação no salão verde da Câmara dos Deputados, e prometem manter a guerra contra esse crime.

JÚLIA CRUZ

## Ministro do STF suspende MP do governo que congela salários

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, suspendeu a medida provisória editada em outubro por Temer que adia para 2019 o reajuste dos servidores públicos federais previsto para janeiro de 2018. Além de cancelar o adiamento, o ministro também suspendeu o aumento da contribuição previdenciária, que a MP passava de 11% para 14%.

O aumento dos servidores federais é fruto de acordo realizado no ano passado, através do qual o funcionalismo federal teria reajuste dividido em três parcelas; em janeiro de 2017, janeiro de 2018 e janeiro de 2019. A decisão liminar (provisória) de Lewandowski ainda tem de passar pela análise do plenário do STF, formado pelos 11 ministros da Corte, mas em seguida começa a valer.

Em outubro, Temer editou a MP 805/2017 que acabou com o acordo previamente estabelecido, postergando os aumentos de 2018 e 2019 para os anos seguintes, além de aumentar a contribuição

previdenciária dos funcionários que recebem acima de R\$ 5,3 mil de 11% para 14%. Segundo o ministro Lewandowski, a medida provisória, na prática, reduzia a remuneração dos servidores, contrariando o direito à “irredutibilidade” dos salários, garantido pela Constituição.

No entendimento de Lewandowski, a MP levaria os servidores a começar o ano de 2018 recebendo menos em relação ao ano anterior, levando em conta o desconto da contribuição previdenciária sem haver reajuste. “Em reforço ao raciocínio desenvolvido acima, deve ser mencionado que os servidores públicos do Poder Executivo Federal serão duplamente afetados pelo mesmo ato. Primeiro, por cercar-se um reajuste salarial já concedido mediante lei; depois por aumentar-se a alíquota da contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la”, apontou o ministro.



# Macri assalta aposentadorias sob chuva de pedras e com país em greve



Praça do Congresso conflagrada diante do descaso com a vontade popular



Deputada Victoria Donda touxe para a sessão parlamentar o clamor do povo



Colunas de trabalhadores atravessaram as principais avenidas de Buenos Aires

## Multidão exige a saída do presidente peruano e realização de novas eleições

Uma multidão se mobilizou na segunda, 18, para exigir a saída do presidente peruano, Pablo Kuczynski, que foi denunciado por se apropriar de 4,8 milhões de dólares pagos a duas de suas empresas pela Odebrecht.

No dia 15, os congressistas aprovaram o início dos procedimentos de impeachment do presidente peruano por "permanente incapacidade moral".

A marcha convocada por organizações jovens e estudantes exigiu que além do afastamento do presidente, sejam convocadas novas eleições. Para tanto o vice-presidente, Martín Vizcarra, deve renunciar ou ser indeferido. Os manifestantes também deixaram claro o repúdio à segunda colocada no



Kuczynski recebeu US\$ 4,8 milhões da Odebrecht

pleito que elegeu Kuczynski, Keiko Fujimori (acusada de continuísta da sanguinária e corrupta ditadura de seu pai, Alberto Fujimori).

Dois ex-presidentes peruanos, Ollanta Humala e Alejandro Toledo, também

foram flagrados no esquema de propina petista via Odebrecht. Humala foi preso em julho e aguarda julgamento e as autoridades esperam extraditar Toledo que fugiu da justiça peruana buscando refugio nos Estados Unidos.

## Diante de irregularidades OEA pede novas eleições em Honduras

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, disse que é necessário realizar nova eleição em Honduras por ser impossível determinar o vencedor em decorrência das inúmeras irregularidades observadas durante o processo. "O único caminho possível para que o vencedor seja o povo de Honduras é a realização de uma nova eleição geral, dentro dos marcos do mais estrito respeito ao Estado de Direito, com as garantias de um Tribunal Supremo Eleitoral que goze de capacidade técnica e de confiança popular e dos partidos políticos", afirmou Almagro em comunicado da OEA.

A OEA se pronunciou um dia após o TSE hondurenho

proclamar, dia 17, a vitória do atual presidente, Juan Orlando Hernández (JOH), com 42,95% dos votos, contra 41,24% de Salvador Nasralla, candidato da Aliança de Oposição contra a Ditadura. A decisão do TSE foi rejeitada pela chapa de Nasralla, que convocou "mobilização imediata". As eleições gerais ocorreram dia 26 de novembro.

"Entre os fatos que tornam o resultado do processo incerto estão a ingerência humana deliberada contra o sistema eleitoral informatizado, eliminação intencional dos rastros digitais, impossibilidade de conhecer o número de vezes em que o sistema foi invadido, urnas violadas ou sem atas, improbabilidade estatística extrema em relação aos níveis de

participação, cédulas em estado de impressão recente, tudo isso somado à estreita diferença de votos entre os dois candidatos", afirmou o documento da OEA.

O ex-presidente Manuel Zelaya também condenou a postura: "O TSE hondurenho impôs uma fraude a favor de JOH. Não reconhecemos nenhum ato do TSE após este incorrer na constituição de uma organização criminosa a serviço da fraude eleitoral organizada pelo governo de JOH".

"Nas ruas o povo diz que Juan não é nosso presidente. É um dos momentos mais importantes da nossa história e a solução para esta tragédia nacional está nas mãos do povo hondurenho", completou Zelaya.

A medida de arrocho só passou por conta da traição de 19 deputados que se prostituíram e passaram para o lado do governo alzo dos idosos

A traição de 19 deputados da oposição, eleitos pelo Partido Justicialista (peronista), deu a Mauricio Macri a condição de aprovar o rebaixamento dos reajustes das aposentadorias dos argentinos.

A medida de arrocho passou por 128 a 116 com duas abstenções. Com o país sublevado. Uma greve geral convocada pela CGT parou transportes, caminhoneiros aderiram à paralisação e trabalhadores de todos os cantos do país tomaram as ruas com a manifestação principal congregando uma multidão que se aglomerou na Praça do Congresso.

O trânsito dos deputados se deu sob pressão de governadores que venderam as parcas condições de sobrevivência dos idosos argentinos em troca da promessa de algumas emendas para seus Estados. O governador da província de San Luis, Alberto Rodríguez Saá, foi o único que não cedeu às pressões macristas. Os governadores que se bandearam foram os de Misiones, Córdoba, Santiago del Estero, Entre Ríos, Chaco, Tucumán, Salta, Chubut e Neuquén, que chamaram sua traição de "dialoguismo".

Quando os procedimentos parlamentares começaram, o clima ficou tenso nas ruas e uma verdadeira chuva de pedras sob o contingente de mais de mil policiais expôs a fúria da população com o arrocho que se desenhava após a traição daquele punhado de parlamentares. Aos poucos, milhares de donas de casa começaram a ocupar as praças de seus bairros em diversos recantos do país. Aos congressistas chegavam os ecos dos painelaços em Cabildo, Juntamente, Quinta de Olivos, Villa Crespo, Acoyte, Rivadavia, Córdoba, Lomas de Zamora, Avellaneda, Vicente López, Callao e Corrientes.

A deputada Victoria Donda levantou-se no meio do plenário e empunhando uma colher e uma tampa de panela reper-

cutiu diante dos congressistas o imenso protesto que vararia a madrugada até o final da votação, já na manhã do dia 19.

A medida aprovada muda a fórmula de reajuste das aposentadorias, antes definida com um índice obtido 50% com base na variação da arrecadação e 50% de acordo com a evolução geral dos salários. Agora o cálculo levará em consideração a inflação, compoendo 70% do novo índice e o reajuste do servidor público com 30%.

Somente no ano que entra, isso implicará em 5,7% de reajuste contra o que seria antes de 12%. A perda dos 17 milhões de aposentados e pensionistas, numa população de 44 milhões será de 100 bilhões de pesos argentinos (19 bilhões de reais).

Para diminuir o medo dos deputados diante da fúria dos argentinos, Macri falou em oferecer um bônus aos aposentados que montaria em 4% do valor cortado. Os deputados opositoristas puseram apontaram a farsa:

"Este é um governo fujuto e palhaço (de mamarracho). Como pode enviar ao Congresso um decreto para modificar um projeto que está sendo debatido sem aceitar modificações?", arguiu o deputado Leopoldo Moreau. Sobre o bônus declarou: "como institui um bônus para compensar o que diz que não está tirando?"

Já o deputado Axel Kicillof, do Partido Justicialista e da Frente para a Vitória, ex-ministro da Economia, de Cristina Kirchner, foi direto ao ponto: "O que se trata aqui é de tirar dinheiro do bolso dos aposentados. Isso tem um único nome, é um assalto, não tem outro nome".

Kicillof acrescentou que a medida "é um engodo eleitoral", pois durante a campanha Macri "declarava que não iria tocar nos haveres dos aposentados e lhes tira 100 bilhões de pesos anuais (19 bi de reais)."

NATHANIEL BRAIA

## "Povo que não cuida dos avós não tem futuro", afirma o papa

"Sinto a dor dos aposentados", afirmou o papa Francisco em entrevista exclusiva ao ex-deputado distrital da capital Buenos Aires e ativista social, Gustavo Vera.

Segundo Vera, "o papa segue de perto os debates sobre o sistema de previdência da Argentina e se mostrou preocupado com a escalada de violência e a falta de diálogo" com os setores que questionam as medidas de cortes encaminhadas pelo presidente argentino Mauricio Macri.

Na matéria que relata a entrevista, publicada nos jornais Vatican Insider e La Stampa, o autor Adrés Beltramo, destaca que o papa segue de perto os debates sobre a reforma previdenciária e se mostra preocupado com as consequências sociais que podem trazer as medidas projetadas pelo governo argentino.

Segundo a publicação, o papa reafirmou suas idéias proferidas na Conferência

Episcopal Argentina, encabezada pelo bispo Oscar Ojea, destacando que "um povo que não cuida dos avós não tem futuro".

Em recente pronunciamento, o papa contrastou os cortes sociais com o potencial da América Latina que não se realiza plenamente pois o continente é assolado pelo que chamou "flagelo da dívida externa".

"A situação da América Latina requer um compromisso mais firme, com o objetivo de melhorar as condições de vida de todos, sem excluir ninguém", expressou Francisco em comunicado dirigido aos membros da Fundación Populorum Progreso, no dia 12.

Ele enfatizou que "Apesar das potencialidades dos países latino-americanos, a crise econômica e social atual, piorada pelo flagelo da dívida externa que paralisa o desenvolvimento, tem afetado a população".

## Governo neoliberal de Bachelet traz de volta pinochetista Piñera

O empresário Sebastián Piñera foi eleito presidente do Chile no domingo (17) com 54,5% dos votos, derrotando o candidato governista de Michelle Bachelet, Alejandro Guillier, que obteve 45,4% dos votos. A derrota - que traz Piñera de volta ao poder - se deve ao estelionato eleitoral de Bachelet, eleita sob a promessa de por fim a privatização do ensino e previdência implementada por Pinochet, bem como pelas posições de seu candidato, que defendia, em essência, o mesmo programa pinochetista de Piñera.

Ao reconhecer o resultado, Guillier disse que "é preciso ser crítico", porém a crítica a que se referia era apenas submissão a Piñera: "sofremos uma derrota dura". Nada disse sobre sua debilidade a ponto de

não conseguir absorver nada das propostas da Frente Ampla, liderada pela candidata Beatriz Sánchez, que chegou em 3º no primeiro turno, com 20,3% dos votos.

Sánchez ratificara sua crítica em relação a Piñera propondo a Guillier a nacionalização de algumas empresas chilenas, o fim das administradoras privadas dos Fundos de Pensões, instalação de uma Assembleia Constituinte que coloque fim ao período pinochetista, o fim do Crédito com Aval do Estado (sistema responsável pelo fortalecimento da privatização do ensino superior), e a criação de um seguro único de saúde acessível e universal.

Guiller descartou as propostas da Frente Ampla e perdeu apoio decisivo.



López Rivera com Eduardo Villanueva, do Comitê Pró-Direitos Humanos de Porto Rico

## Rivera: "Nos EUA, sistema carcerário privado converte o preso numa mercadoria"

No marco da comemoração do 69º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o ex-prisioneiro político porto-riquenho Oscar López Rivera, que passou 36 anos encarcerado - 12 deles em solitária - fez uma exposição sobre as injustiças cometidas diariamente nos presídios norte-americanos. Este sistema penal - denunciou - se encontra em grande medida nas mãos de grandes interesses econômicos e atenta, particularmente, contra os setores mais vulneráveis da sociedade, ao mesmo tempo em que fracassa estrepitosamente em servir de ente reabilitador para aqueles que caem em suas garras.

"O sistema privado de prisões nos Estados Unidos é o que verdadeiramente converte o preso em uma mercadoria. Isso reflete algo que muitas vezes esquecemos e que a décima terceira emenda da Constituição dos EUA diz que a abolição da escravatura se aplica somente àqueles escravos que não estão presos, aqueles que estão presos não foram libertados. Essas pequenas palavrinhas são interessantes porque o sistema de prisões dos Estados Unidos ainda tem este sistema de escravidão. Não podemos nos esquecer disto", alertou López Rivera, na atividade organizada pelo Comitê Pró-Direitos Humanos de Porto Rico.

O trabalho forçado a que são expostos os confinados em prisões privadas - sistema que a administração de Barack Obama anunciou em agosto de 2016, no final do seu segundo mandato, que seria 2016 eliminado gradualmente - ajuda a gerar parte considerável dos ganhos de um setor que, já em 2014, superava US\$ 629 milhões em lucros. Uma margem de lucro que, ressaltou o líder nacionalista, o preso e suas famílias não veem um único centavo.

Por outro lado, denunciou que "os cárceres têm um sistema em que se um familiar manda [por exemplo] US\$ 100 a um preso, esse dinheiro não vai diretamente ao preso". López Rivera frisou que o montante vai para um banco comercial, onde nunca ganha pela aplicação. "O banco sim ganha muito com esse volume de capital adicional que tem para investir", sublinhou.

"Nós fizemos um cálculo de que pelo menos 100.000 destes presos federais recebem US\$ 100 mensais. Assim, imagine a quantidade de dinheiro que os bancos dispõem em seus cofres às custas das famílias dos presos", assinalou Rivera, durante o ato no Centro de Estudos Avançados de Porto Rico e do Caribe.

### DISCRIMINAÇÃO

O líder nacionalista reiterou a enorme discriminação que recebem os negros e latinos do sistema penal norte-americano. Ambas compõem uma quantidade desproporcional dos cerca de 2,3 milhões de encarcerados nos Estados Unidos, a cifra mais alta do mundo.

Na visão de López Rivera, a transformação da estrutura penal nos EUA começou durante a administração de Richard Nixon, na década de 1970, mas aumentou com Ronald Reagan, nos 80. O início da chamada "guerra contra as drogas" foi combinado com uma crescente imigração hispana, vista como "perigosa" no país, para aumentar exponencialmente a população carcerária.

"O modelo da Califórnia [onde Reagan foi governador de 1967 a 1975] era o que mais presos por capita tinha nos Estados Unidos. E foi com essa mentalidade que esse senhor chegou a Washington como presidente e fez possível a privatização de prisões e a imensa quantidade de presídios que se construíram", sublinhou.

"Quando entrei no cárcere, em 1981, havia 25.000 presos federais. Agora há mais de 200.000", acrescentou o independentista, cuja sentença foi comutada em janeiro.

López Rivera condenou a atitude "hipócrita" dos Estados Unidos com os latinos há décadas, quando se apresentam como "Meca" do mundo. "Muitos acreditaram, incluindo muitos porto-riquenhos. Ofereciam uma mentira, pois quando os latino-americanos imigravam se davam conta que não era nenhuma Meca e terminavam nessas prisões", declarou, frisando que geralmente são "os mais vulneráveis" e não os "verdadeiros traficantes", quem sofre as consequências do esquema penal estadunidense.

Alertando sobre as deploráveis condições em que os EUA mantêm confinados os seus presos, López Rivera apontou que isso se deve a que estes não têm as mínimas garantias, o que limita as suas possibilidades de acesso a tratamentos médicos, recreação ou comunicação com seus familiares.

"O preso tem direito a três comidas ao dia e uma cama, o resto são privilégios, que podem perder-se quando se ganha a antipatia de um carcereiro. A maioria dos presos tem enfermidades e sua saúde está por um fio. O mais triste que pode haver é um preso doente, porque jamais receberá o tratamento que necessita", assinalou. Acima de tudo, destacou, as prisões estadunidenses "desumanizam", fracassando no dever de reabilitar, pois não oferecem qualquer perspectiva de reintegração, "Todo preso pode se reabilitar, todo preso pode transcender o que foi anteriormente, porém necessita de ajuda".

López Rivera aproveitou a oportunidade para fazer um chamado à libertação da porto-riquenha Ana Belén Montes, sentenciada em 2002 a 25 anos de prisão acusada de espionar em favor do governo cubano; e de Nina Droz, presa desde que foi acusada por fatos relacionados à greve de Primeiro de Maio desde ano.



Pelo Mundo



CAIO REARTE\*

## A derrota do Estado Islâmico

Recentemente, Vladimir Putin se juntou a outros líderes e declarou que a guerra contra o Estado Islâmico na Síria está praticamente acabada. Em 11 de dezembro, numa visita surpresa à base militar Hmeymim, na Síria, o presidente da Rússia anunciou a retirada de uma “parte significativa” das tropas russas. Um dia antes, no Iraque, houve uma parada militar que anunciou o fim das grandes operações contra o Estado Islâmico. O primeiro-ministro do Iraque Haider al-Abadi declarou o dia 10 de dezembro como feriado nacional. Em novembro, foi a vez de Deir Ez-Zor, liberado pelo exército da Síria. Antes disso, em outubro, forças aliadas dos EUA liberaram Raqqa, na Síria, a capital do califado do Estado Islâmico. Essa vitória, por sua vez, veio na esteira da liberação de Mossul, no Iraque, com a ajuda de forças curdas e iranianas. A série de triunfos contra o Estado Islâmico é certamente o maior revés da história do califado desde que foi declarado em 2013. A área controlada pelo EI agora é a menor de sua breve história.

A guerra contra terroristas na Síria começou logo após o início da guerra civil em 2011. Protestos contra Assad rapidamente evoluíram para um conflito armado. Os EUA apoiaram os grupos rebeldes, em nome da “democracia”, contribuindo para a instabilidade no território sírio. Em 2015, um documento da DIA obtido pela ONG Judicial Watch, dos EUA, mostrou que havia informações de que estados que queriam a queda de Assad poderiam apoiar um califado no leste da Síria (na região de Deir Ez-Zor). Michael J. Flynn, ex-diretor da Defense Intelligence Agency, confirmou que os EUA deixaram que os rebeldes prosperassem para enfraquecer Assad, numa entrevista em 2015. John Kerry, então Secretário de Estado de Obama, admitiu em um áudio vazado que o governo dos EUA viu o crescimento do Estado Islâmico como uma força para pressionar Assad, mas achou que poderia “controlar” essa ascensão.

Ou seja, tudo indica que a ascensão do Estado Islâmico não foi uma grande surpresa para os EUA, muito menos para Arábia Saudita, Qatar e outros citados no memorando da DIA. Desde o início, era sabido que as armas acabaram nas mãos de jihadistas. Recentemente novas reportagens confirmaram que armas financiadas pelos EUA foram parar inclusive nas mãos do EI. Esse fluxo de armas para os rebeldes sírios – que foi da ordem de 250 milhões de dólares por ano desde 2013 – foi encerrado abruptamente por Donald Trump no meio deste ano, uma ação que analistas previram desde novembro de 2016, quando Trump foi eleito. Será que é coincidência que após essa fonte de financiamento secar, o Estado Islâmico sofreu todas essas derrotas?

\*Caio Rearte é colaborador do HP e editor do blog caiorearte.blogspot.com Twitter:caiorearte2

## EUA: Procuradores de 20 estados e entidades organizam luta contra assalto à neutralidade da internet

A decisão tomada pela Comissão Federal de Comunicações dos EUA (FCC, na sigla em inglês) na semana passada que acabou com a neutralidade de rede e o caráter de serviço de utilidade pública da internet, em favor das grandes operadoras de telecomunicações, AT&T, Verizon e Comcast, continua indignando o povo norte-americano, com procuradores-gerais (secretários de justiça) de 20 estados prometendo arguir na Justiça a medida, abaixo assinado na internet que já angariou quase 3 milhões de assinaturas, a hashtag #NetNeutrality e protestos contra a censura.

No dia 7, foi realizada uma manifestação nacional que abrangeu 700 localidades de 50 estados sob o lema #StopTheFCC, defendendo que o acesso à internet é um serviço social básico, indispensável na vida moderna, e que deve ser assegurado livremente a todos.

A decisão, tomada como uma mera medida administrativa, por 3 votos contra 2, afeta milhões de pessoas que agora ficam ameaçadas não só de censura, mas também de pagar mais por um serviço que não tenha a velocidade de uma tartaruga cansada.

Entidades de direitos civis também pretendem pressionar o Congresso dos EUA para que vote uma medida que devolva o acesso igualitário à internet. Conforme o comondreams, seria cabível uma “resolução de desaprovação” para revogar o voto da FCC usando a Lei de Revisão do Congresso.

Como denunciou a ACLU, principal entidade de defesa de direitos civis dos EUA, a estratégia das teles é

degradar de tal forma o serviço que o usuário “deseje pagar para escapar”.

“O voto da FCC para rasgar a neutralidade de rede é um golpe para os consumidores e para todos os que se preocupam com uma internet livre e aberta, afirmou o procurador-geral de Nova Iorque Eric Schneiderman, a que se somaram declarações das autoridades dos estados de Massachusetts, Nova Iorque, Havaí, Mississippi, Maine, Vermont e Illinois.

Como advertiu a conselheira da FCC Jessica Rosenworcel, que votou contra, “eles terão o direito de discriminar e favorecer o tráfego de internet daquelas companhias com as quais fecharam acordo de pagamento de direção todos os outros para uma rota lenta e atribulada”.

O que explica porque as gigantes da internet, embora possam chegar a acordos com as teles, como já fizeram no passado, em peso hajam condenado a revogação da neutralidade de rede. O Facebook assinou sua disposição de atuar para “repudiar a decisão da FCC”, acrescentado estar pronto para “tornar a internet livre e aberta para todos” – embora ande censurando a RT. Já para a Microsoft, a internet aberta “beneficia consumidores, empresas e toda a economia”.

Por sua vez a Netflix se declarou “decepcionada com decisão de destruir as proteções da neutralidade de rede que haviam inaugurado uma era de inovação, criatividade e envolvimento cívico”. A empresa também anunciou que este “é o começo de uma longa batalha legal para se opor a essa decisão equivocada da FCC”.

# Decisão sobre Jerusalém leva EUA à sua maior derrota na ONU



Reunião do Conselho de Segurança dá rotundo “não” à pretensão da Casa Branca

## Austríacos repudiam nas ruas posse do novo governo de coalizão com neonazistas

“Não deixaremos que os nazistas governem”, cantavam milhares de manifestantes no protesto contra a posse do novo governo de coalizão do primeiro-ministro, Sebastian Kurz (31). A manifestação ocorreu na segunda-feira (18), em Viena, nas proximidades da Praça dos Heróis (Heldenplatz), contra o acordo do novo chanceler que cedeu seis ministérios aos neonazistas do Partido da Liberdade da Áustria, conhecido por sua fundação durante a década de 1950 organizada por “ex-nazistas”.

“Partido Popular e Partido da Liberdade da Áustria juntos? Penso que isso foi pra extrema direita demais”, disse um jovem à rede de TV portuguesa TVI24 durante a manifestação. Uma outra senhora, que também participava do protesto, afirmou que se manifestava “porque era contra os cortes sociais, contra a xenofobia e contra o governo em geral”.

## Coreia Popular: Washington é que deve responder pela proliferação nuclear que promove há décadas

O Ministério das Relações Exteriores da República Democrática Popular da Coreia – RPDC através de seu porta-voz criticou os EUA e o Japão por reunião sobre a não proliferação no Conselho de Segurança da ONU. Em um comunicado publicado em Pyongyang na última quinta-feira (14) a RPDC reiterou que a posição do seu governo é de cumprir com sinceridade seu dever de não-proliferação e condenou a ONU por sua parcialidade.

A nota informa que o Japão “instigado pelos EUA e aproveitando sua ligeira passagem pela presidência do órgão da ONU” trata de reunir os ministros dos países membros do CS para discutir a “não-proliferação de armas nucleares da RPDC”.

Segundo o MINREX da Coreia “isso não passa de uma farsa, não é mais que ardid barato dos EUA” impressionados com o desenvolvimento do país socialista que em meio às maiores pressões, sanções econômicas, provocações e chantagens nucleares dos EUA e seus aliados tem conseguido realizar seu projeto de desenvolvimento nuclear autodefensivo.

O MINREX assinala que se esses países “necessitam discutir o tema da “não proliferação” devem antes de tudo fazer sentar no banco dos réus os EUA, caudilho da proliferação vertical e horizontal que investe fundos astronômicos na modernização de suas armas nucleares e obstaculiza por todos os meios a desnuclearização do Oriente Médio e Japão que está na espreita pela oportunidade para a qualquer momento fabricar suas armas nucleares para o que



Multidão na posse de Kurz: “nazistas fora governo!”

A posse do novo governo ocorre no Palácio Imperial de Hofburg, na Praça dos Heróis, onde ficam as residências oficiais do presidente e do chanceler austríaco. Para chegarem lá, tanto o novo chanceler Kurz quanto seus ministros e equipe tiveram que entrar por um túnel secreto devido a manifestação. O então presidente, Alexander Van der Bellen, chegou a declarar que não daria posse a um governo fascista em seu país, porém acabou

realizando a cerimônia sem maiores problemas.

O partido neonazista entrou oficialmente no governo na sexta-feira passada, após dois meses de negociações com o partido de Kurtz. Com o acordo, o Partido da Liberdade da Áustria recebeu seis ministérios, entre os quais o ministério da Defesa, das Relações Exteriores e do Interior, além de indicar como vice-primeiro-ministro o atual líder do partido, Heinz-Christian Strache.

já armazena uma grande quantidade de plutônio”.

“A fabricação de armas nucleares pela RPDC constitui uma inevitável medida autodefensiva tomada para defender a soberania e o direito à existência e ao desenvolvimento do país ameaçado a partir da chantagem nuclear feita pelos EUA. Por essa razão os EUA deveriam ser o primeiro país a ser inquirido quanto à responsabilidade pela proliferação de armas nucleares.

“Também precisa ser questionado o fato da ONU, que tem a missão de garantir a paz e a segurança internacional e que apresenta como sua vida a imparcialidade em suas atividades, bailar ao som da música que toca o país norte-americano convertendo-se em sua marionete.

“Essa organização internacional questiona as medidas da RPDC para sua defesa legítima e faz vista grossa às suas reiteradas apelações contra os provocativos e agressivos treinamentos militares conjuntos, expressão concreta de ameaça e chantagem nuclear dos EUA; e se congraça com toda paixão e zelo com este país norte-americano obstinado pelas sanções e pressões.

“Como ficou esclarecido na declaração do governo da RPDC, a fabricação e desenvolvimento de armas estratégicas de nosso país são absolutamente para defender a soberania e a integridade territorial do país e a vida pacífica do povo contra a política de chantagem nuclear e a ameaça nuclear do imperialismo norte-americano. Portanto, esses meios da RPDC não servirão de ameaça para nenhum país ou região enquanto

estes não prejudicarem os interesses da RPDC.

“Sendo uma potência nuclear responsável e Estado amante da paz, a RPDC cumprirá com sinceridade seu dever de não proliferação assumido diante da sociedade internacional e fará todos os seus esforços para lograr o nobre objetivo de defender a paz e a estabilidade do mundo”, finaliza o comunicado.

Seguindo a cartilha imposta pela ONU o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae In esteve entre 13 e 16 de dezembro em Pequim para pressionar a China a aumentar as sanções contra a RPDC, afirmando que as sanções contra a RPDC é o que pode garantir a paz e a desnuclearização da Península Coreana, e elogiou o governo dos EUA “por chamar a RPDC ao diálogo” segundo informou a Xinhua.

Dias atrás o secretário de Estado dos EUA Rex Tillerson disse em Washington em uma reunião organizada pela Fundação da Coreia e pelo Conselho Atlântico que “os EUA estão dispostos a realizar a primeira reunião com a RPDC sem condições prévias”. Antes disso os EUA exigiam que para discutir com a RPDC era preciso que ela abrisse mão de seu programa nuclear. Tal postura intransigente não podia mesmo dar certo, mas ter que assumir uma atitude mais razoável – ou menos histórica – em relação à Coreia Popular não deixa Trump e seu Rex nada satisfeitos, por isso mais que nunca o Japão e a Coreia do Sul devem ser acionados. Afinal fantecho é fantecho, ora bolas!

ROSANITA CAMPOS

O Conselho de Segurança das Nações Unidas derrotou por 14 a 1 a posição tomada por Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel em afronta ao consenso e à legalidade internacional

Votação no Conselho de Segurança da ONU nesta segunda-feira (18) que pedia – sem citar nominalmente – a retirada do “reconhecimento” pelo governo Trump de Jerusalém como capital israelense mostrou o atual isolamento dos EUA em toda a sua dimensão, com todos os demais países contra, e ao final só restando o veto a Washington: 14 votos contra – todos os demais –, e a embaixadora de Trump, Nikki Haley, inteiramente só e apoplética. A resolução foi apresentada pelo governo do Egito.

O projeto de resolução afirmava que “quaisquer decisões e ações que pretendam ter alterado o caráter, status ou composição demográfica da Cidade Santa de Jerusalém não têm efeito legal, são nulas e devem ser rescindidas em conformidade com as resoluções relevantes do Conselho de Segurança”. O embaixador egípcio Amr Abdellatif Aboulatta, também solicitou que não sejam estabelecidas missões diplomáticas em Jerusalém.

Votaram contra a provocação de Trump: Rússia, China, França e Grã Bretanha – todos membros permanentes do Conselho de Segurança –, e mais todos os dez membros eleitos (não permanentes): Egito, Senegal, Angola, Japão, Malásia, Uruguai, Venezuela, Nova Zelândia, Espanha e até a Ucrânia.

O representante francês na ONU disse em seu discurso que os EUA ainda deviam “explicar a compatibilidade de sua decisão [sobre Jerusalém] com o consenso internacional”. Ele também acrescentou que a França “lamentava” o apego de Washington a seu erro e que o resultado da votação “se tornou um símbolo da vontade dos membros do Conselho de Segurança da ONU de confirmar seu apego ao direito internacional”.

Ao votar a favor da resolução pela retirada do reconhecimento de Trump, o enviado adjunto da Rússia junto à ONU, Vladimir Safronkov, assinalou que qualquer tipo de ação unilateral em relação a Jerusalém “aumenta o risco de um conflito” na região e torna as conversações diretas, bem como o processo de paz como um todo “mais difícil”. Ele chamou ainda a atenção para o fato de que a questão de Jerusalém é “a questão mais sensível na arquitetura [do processo de paz palestino-israelense]”.

O embaixador chinês junto à ONU, Wu Haitao, reiterou o apoio de Pequim ao projeto de resolução que, considerou, estava “estava em conformidade com as resoluções anteriores do Conselho de Segurança e foi uma continuação do conteúdo e do espírito das resoluções passadas”. “Nós os EUA estão dispostos a restaurar os legítimos direitos nacionais do povo palestino, apoiamos o estabelecimento de um Estado da Palestina totalmente independente e soberano baseado nas fronteiras de 1967 com Jerusalém Oriental como sua capital. Essa posição da China não mudará”, destacou.

Matthew Rycroft, embaixador britânico nas Nações Unidas, disse que seu país discorda das decisões dos EUA de reconhecer unilateralmente Jerusalém como a capital de Israel

e mover a embaixada dos EUA para Jerusalém, de Tel Aviv. “Essas decisões são inúteis para as perspectivas de paz na região, um objetivo que todos nós neste conselho continuamos comprometidos”, disse ele ao Conselho de Segurança.

“A embaixada britânica em Israel tem sede em Tel Aviv e não temos planos de movê-la”, acrescentou Rycroft, apontando que a posição de seu país sobre a questão é bem conhecida. “O status de Jerusalém deve ser determinado através de um acordo negociado entre israelenses e palestinos. Londres também considera Jerusalém Oriental, que Israel capturou em 1967, como parte dos territórios palestinos ocupados”.

NIKKY HALEY

Mais perdida do que cachorro em dia de manchança, a embaixadora ianque Haley chamou de “insulto” o que estava sendo testemunhado no CS da ONU, o ostracismo dos EUA. “Não será esquecido”, ameaçou, dizendo “ninguém nos diz onde colocamos nossa embaixada”. Como a liderança palestina já respondera, “querem dar Jerusalém como se fosse uma cidade americana”.

Ainda segundo Haley, o veto foi “em defesa da soberania americana” e do papel da América “no processo de paz no Oriente Médio”. Questão sobre a qual o líder palestino Mahmoud Abbas já esclarecera que “só sendo doído” para colocar os EUA como “mediador de paz”.

Haley ainda passou recibo, dizendo que o resultado “não é fonte de constrangimento”. Na reunião do parlamento egípcio em que o presidente Abdel Al Sisi anunciou a resolução contra a provocação de Trump, todos os deputados usavam uma faixa com os dizeres “Jerusalém é Árabe”. No dia da votação no CS, 80 mil pessoas foram às ruas em Jacarta, capital da Indonésia em apoio aos palestinos. Na semana passada, cúpula dos 57 países da Organização de Cooperação Islâmica reafirmou que Jerusalém Oriental ocupada é a capital da Palestina, e pediu a todos os países o reconhecimento oficial.

O porta-voz do presidente palestino, Nabil Abu Rudeineh, disse em uma declaração oficial que o veto dos EUA ao projeto de resolução “está contra o consenso internacional e viola as resoluções internacionais legítimas e as resoluções do Conselho de Segurança. É um preconceito total pró ocupação e pró agressão”.

O chanceler palestino Riyad Al Maliki afirmou que os palestinos buscarão a convocação de uma sessão especial de emergência da Assembleia Geral da ONU para debater a provocação de Trump. Ele disse que a comunidade internacional irá considerar a decisão do presidente Trump como “nula e sem efeito”. É uma votação que não tem caráter impositivo, mas com grande peso político. Já o vice-presidente norte-americano Mike Pence adiou para a fevereiro a viagem ao Oriente Médio que estava marcada para esta quarta-feira, após recusa da Autoridade Palestina e dos líderes religiosos coptas [cristãos] e islâmicos egípcios em recebê-lo.

ANTONIO PIMENTA



# Lula e Odebrecht: rede de roubo e propinagem na América Latina

De empresa de engenharia, a Odebrecht, em conluio com Lula, além do assalto à Petrobrás, tornou-se uma verdadeira central de suborno, tráfico de influência e crimes espalhada pelo mundo, em especial, contra pelo menos 9 países da América Latina

Depois da participação nefasta da Odebrecht no conluio com Lula e setores sob sua influência no comando do PT para assaltar a principal estatal brasileira, Petrobrás, o processo de suborno em troca de contratos para obras governamentais foi se espalhando por pelos menos 9 países da América Latina. Assim, com parceiros em postos de mando - devidamente propinados - na Colômbia, México, Peru, Equador, Argentina, Venezuela, Guatemala, República Dominicana e Panamá foram obtidos contratos bilionários a favor da empreiteira.

Segundo dados levantados pela operação Lava Jato, Lula recebeu cerca de R\$ 30 milhões por ajudar a Odebrecht a alavancar negócios no exterior e conseguir financiamento para tal do BNDES. Depoimentos de executivos da empreiteira, comprovantes bancários dos pagamentos à LILS, a empresa de palestras de Lula, documentos fiscais, e-mails internos da Odebrecht, além de delações premiadas de muitos dos participantes no acionamento dessa associação ilícita mostram o caminho seguido.

A justificativa para visitar os países que depois serviriam de contratantes da Odebrecht e se reunir com dirigentes desses países, eram palestras pagas a peso de ouro. A LILS Palestras, Eventos e Publicações é uma empresa criada pelo petista em 2011 para que pudesse realizar as palestras na América Latina e no mundo. Segundo o site do Instituto Lula, até o ano passado, ele tinha feito 72 palestras em diversos países. Em março de 2015, o minis-

tro Teori Zavascki do Tribunal Supremo Federal, ordenou abrir investigação de 47 políticos suspeitos de envolvimento com crimes na Petrobrás. A atenção da mídia e as denúncias levaram a que o Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES) suspendesse a entrega de US\$ 3,6 bilhões que tinham sido destinados para 16 projetos de infraestrutura em Honduras, Guatemala, Venezuela, entre outros países.

E não foi só o achaque financeiro que a empresa praticou. "Em qualquer parte, a sistemática da Odebrecht passou a ser jamais terminar a obra, pois o término desta seria também o término do roubo - e choviam aditivos sobre as obras inacabadas.

Na República Dominicana, a Odebrecht não terminou uma simples usina a carvão. Um partido dominicano, o Movimento Caamañista, diz alguma coisa que é fácil para nós, brasileiros, reconhecer: a principal atividade da Odebrecht, na República Dominicana não foram obras, mas tráfico de influência, ou seja, propina.

Até agora não se sabe quando terminarão as obras do Metrô de Caracas - e o silêncio do governo Maduro sobre o assunto é altamente suspeito.

Resumindo: a Odebrecht, que já foi uma empresa de engenharia, tornou-se uma central de propinas para extrair sobrepreços às custas do povo brasileiro e do povo de outros países", como assinalou Carlos Lopes, na edição do Hora do Povo de 3 de maio de 2017. Selecionamos alguns flagrantes dessa trama que estão em matérias nesta página.

SUSANA SANTOS



**Antes da condenação do vice, equatorianos exigem divulgação dos envolvidos no escândalo de corrupção**  
**Equador: vice-presidente foi condenado a seis anos de prisão por associação ilícita com a Odebrecht**

O vice-presidente do Equador, Jorge Glas, foi condenado, no dia 13, a 6 anos de prisão acusado de associação ilícita no caso Odebrecht.

A sentença foi emitida após 14 dias de julgamento e 4 de deliberações, na Corte Nacional de Justiça em Quito.

Também foram condenados Edgar Arias, Ramiro Carrillo, Carlos Villamarín e Ricardo Rivera (tio de Glas). Além de associação ilícita, foram acusados de peculato, suborno, enriquecimento ilícito e delinquência organizada.

Ao expedir a sentença, a Corte declarou que "as ações de Jorge

Glas, como autoridade, e de seu tio, Ricardo Rivera, como enlace, foram principais para que a Odebrecht lograsse contratos em troca de retribuições econômicas ilegais".

Do lado de fora manifestantes apoiavam a condenação com palavras de ordem, "Glas, ladrón devuelva el billetón" (Glas ladrão devolva o dinheiro), e cartazes exigindo "Devolvam todo o roubo", "À cadeia".

A Corte exige dos condenados, além da pena prisional, a devolução de 33,5 milhões de dólares a título de reparação pelos danos causados ao Estado.

**Crimes da construtora na Guatemala**

Na Guatemala, país de 16 milhões de habitantes, os principais suspeitos do Caso Odebrecht são o ex-presidente Otto Molina, que renunciou e está preso, seu ex-ministro Alejandro Sinibaldi, foragido em lugar desconhecido e mais de 100 deputados.

A Odebrecht chegou à Guatemala em 2012, conquistou apenas um contrato - a revitalização de uma estrada - e pagou propinas de 2013 a 2015. No final de 2016, a empreiteira pagou US\$ 18 milhões em propinas. Dizem que nenhum país teve crimes da construtora em um tempo tão curto e com um histórico tão recente.

Há investigações contra a Odebrecht na Guatemala desde agosto de 2016.

Apesar de o atual presidente, Jimmy Morales, também ser alvo de reclamações populares, analistas consideram que ele esteja "limpo" no caso Odebrecht.

Toda a propina foi paga no governo do ex-presidente Molina, que começou em 2012 e terminou em 2015, de forma melancólica: em 3 de setembro daquele ano, ele se apresentou à polícia para ser preso, um dia após renunciar. Ele e a vice, Roxana Baldetti, são acusados de liderar um esquema de corrupção na arrecadação de impostos.



**República Dominicana: atrás apenas do Brasil e Venezuela em propinas**

Dados revelados pela Odebrecht apontam a República Dominicana como o terceiro país onde mais propinas foram pagas para conseguir licitações de obras e favores, com US\$ 92 milhões, ficando atrás somente do Brasil e da Venezuela, com US\$ 98 milhões.

O escândalo pelos subornos atingiu em cheio o governo do presidente Danilo Medina, após a detenção de um ministro e de outras dez pessoas, incluindo vários ex-funcionários. Dois senadores da situação e um deputado opositor também foram envolvidos no caso, fazendo que a Procuradoria pedisse ao Congresso a suspensão da imunidade dos três para que eles possam ser presos.

As delações fazem parte de um acordo pelo qual a empresa se comprometeu a pagar ao Estado uma indenização de US\$ 184 milhões, o dobro da quantia dos subornos.

A Odebrecht foi contratada para realizar pelo menos 17 obras, entre circuitos de autoestradas, pontes, reservatórios para represas hidrelétricas, aquedutos e até uma usina de geração elétrica, ainda em andamento.

Segundo delatores, o ex-presidente Lula já embarcou em voos para o país custeados pela empreiteira em 2013. Após a viagem, a Odebrecht recebeu mais US\$ 1,1 bilhão em linhas de crédito do BNDES para operar obras na República Dominicana e recebeu seu maior crédito desde então: US\$ 656 milhões para a construção de uma termelétrica.

**Argentina: Macri e Arribas são suspeitos de embolsar US\$ 2 milhões**

Em delação premiada, em maio passado, Leonardo Meirrelles, operador da Odebrecht, declarou ter pago propina a Gustavo Arribas, chefe de inteligência da Argentina, nomeado pelo presidente Mauricio Macri, com quem divide negócios desde o tempo em que era presidente do clube Boca Juniors.

Meirrelles falou em dez transferências de US\$ 850 mil a uma conta do argentino na Suíça. O episódio teria ocorrido em 2013.

Segundo a delação, Odebrecht e OAS dividiram os pagamentos, sendo que os comprovantes de transferências já estão em poder da Justiça Brasileira.

Arribas é dono no Brasil de diversos imóveis e empresas (algumas que existem apenas no papel).

Arribas e Macri são suspeitos de terem embolsado US\$ 2 milhões em comissionamento indevido, em operação que teria lesado os caixas do Boca Juniors.

Outro pagamento de propina delatado era relacionado à obra do trem subterrâneo Sarmiento, que liga Buenos Aires ao município de Moreno, na região metropolitana.

A Odebrecht não cita pagamentos diretos a Macri, mas sim a seu primo, o empresário Angelo Calcaterra, um dos donos da Iecsa, que integra o consórcio responsável pela obra. A empresa pertenceu ao pai do presidente, Franco Macri, até 2007, quando Mauricio assumiu a prefeitura da capital argentina.

**Panamá: projetos milionários e financiamento de campanhas**

A Odebrecht executou e executa na atualidade projetos importantes no Panamá, assim como a Linha 1 e 2 do Metrô, a Estrada Pan-americana, a Terceira Linha de Transmissão Elétrica, Sistema de Irrigação Remigio Rojas, Estrada Costeira, Hidrelétrica Dois Mares, etc.

A Promotora Geral do Panamá, Kenia Porcell, decidiu enfrentar a corrupção e acusou 17 pessoas, entre elas 3 ex-funcionários, 8 empresários locais, 5 estrangeiros e um oficial dos bancos privados locais, após

a Suíça ter levantado a confidencialidade destes clientes. A Suíça ainda pôs a disposição do governo 22 milhões de dólares depositados em contas de dois filhos do ex-presidente panameño, Ricardo Martinelli.

Os projetos que executa a Odebrecht nesse país, superam os 3 bilhões de dólares. Em 28 de janeiro de 2017, o Panamá notificou a empresa o fim da concessão sobre o projeto hidrelétrico Chan II, parado há anos.

Em entrevista, o advogado da

Odebrecht Rodrigo Tacla contou que a construtora "cobriu gastos dos principais candidatos das eleições gerais panamenhas de 2014: o governista José Domingo Arias e seu adversário, o atual presidente, Juan Carlos Varela. Apostou nos dois".

"A construtora também antecipou 1 milhão de euros a dois fornecedores de uma empresa de rum, propriedade de Varela (Varela Hermanos). O pagamento foi feito por uma conta do HSBC em Hong Kong", acrescentou Tacla.

**México proíbe empreiteira de fechar contratos públicos por 4 anos**

O México proibiu a Odebrecht de fechar contratos públicos no país por quatro anos, na terça-feira 12. De acordo com a Secretaria da Função Pública do México, SFP, foi constatado que a construtora se beneficiou da cobrança indevida de cerca de 6,2 milhões de dólares só para um dos contratos para as obras da refinaria Miguel Hidalgo. Tem dezenas de transações fechadas sendo avaliadas.

Desde o início da investigação, a SFP fez uma auditoria nos di-

versos contratos assinados pela construtora brasileira e suas filiais com órgãos do governo do México, entre eles a Pemex, a estatal mexicana de petróleo.

A instituição, encarregada de fiscalizar as ações do governo federal, abriu até o momento oito procedimentos administrativos relacionados a Odebrecht. Quatro deles são contra a construtora e suas filiais, dois contra seus representantes legais e outros dois contra funcionários da Pemex.

**Subornos de mais de 98 milhões de dólares na Venezuela**

Na Venezuela, os dados entregues pelo Departamento de Justiça assinalam que funcionários do governo receberam subornos da Odebrecht de mais de 98 milhões de dólares entre os anos 2006 e 2015. Cinco das obras dadas à construtora por um total de 16 bilhões de dólares se encontram inacabadas hoje, apesar de terem sido iniciadas em 2006, sob a administração do falecido Hugo Chávez.

Em operação desde 2009, a construção da Linha II do Metrô de Los Teques e da Linha V do Metrô de Caracas são dois projetos da Odebrecht que já estão

na mira da Lava Jato.

Com 747 milhões de dólares em crédito do BNDES, as duas obras começaram sob a tutela do ex-presidente Lula. A obra da Linha V foi iniciada sem licitação, triplicou de valor e está atrasada mais de 6 anos.

Com tantos indícios de irregularidades, o projeto chamou a atenção do Tribunal de Contas da União, que encontrou diversos problemas em sua execução. Primeiramente, o BNDES concedeu o crédito sem exigir garantias por parte da Odebrecht, o que causou um descompasso entre o dinheiro fornecido pelo banco e o avanço das obras.

**Peru: ex-presidente preso e o atual em vias de sofrer impeachment**

A Procuradoria-Geral peruana decretou, no dia 12 de julho passado, a prisão do ex-presidente do Peru, Ollanta Humala e sua esposa Nadine Heredia. Pela denúncia, o peruano recebeu dinheiro da Odebrecht para sua campanha eleitoral por indicação de Lula.

O pedido foi formulado pelo procurador German Juárez Atoche com base nos preparativos que o casal estava realizando para fugir do país. O pedido cita as investigações em torno da entrega de US\$ 3 milhões, quase 10 milhões de reais, por parte da Odebrecht para a campanha eleitoral, implicando-os em lavagem de dinheiro e associação ilícita para delinquir.

Em 15 de maio, Marcelo Odebrecht falou a investigadores peruanos dizendo: "O ministro Palocci me pediu, me fez um pedido para que apoiássemos, que dessemos US\$ 3 milhões para apoiar a candidatura do senhor Humala".

"Chamei diretamente a Barata [o brasileiro Jorge Barata, chefe de operações da Odebrecht no Peru]



e lhe disse: Veja, a pessoal aqui no Brasil, do Partido dos Trabalhadores, me pediu para apoiar a campanha de Humala". A transcrição é do jornal peruano El Comercio.

A Procuradoria afirma ter outras provas contra o casal peruano, as de que eles teriam aumentado desproporcionalmente seu patrimônio com apoio em doações da Odebrecht e também da OAS. Somente um dos projetos da Odebrecht no Peru, o Gasoduto Peru, foi avaliado em US\$ 7 bilhões.

No dia 18 passado, a Primeira

Pelos cálculos do Tribunal, US\$ 201 milhões foram antecipados pelo banco na obra em Los Teques, sem justificativa.

Segundo reportagens da época, Lula teria voltado ao país em 2011, ao lado de executivos da Odebrecht, para cobrar o então presidente Chávez dos empréstimos feitos pelo BNDES e ajudar a empreiteira em outras negociações com o governo do país.

A Venezuela tem muitos acertos com empreiteiras brasileiras: no final de 2009, o país acumulava mais de R\$ 20 bilhões em contratos, valor que dobrou na passagem de 2008 para 2009.

Sala Suprema Penal Transitória rechaçou o recurso de cassação que tinha solicitado o casal.

Não é o único ex-presidente na mira da Justiça peruana, também Alejandro Toledo tem contra si ordem de captura, mas até agora está foragido. A Justiça peruana oferece US\$ 30 mil a quem entregar informações sobre o paradeiro do ex-presidente que também recebeu propina da Odebrecht.

Sobre a situação do atual presidente, Pedro Pablo Kuczynski, ver matéria na página 6.

**Na Colômbia ilícitos somam mais de 28 milhões de dólares**

Na terça-feira, dia 12 último, o ex vice-ministro colombiano de Transporte Gabriel García Morales durante o governo de Alvaro Uribe foi condenado a 5 anos e 2 meses de prisão por ter recebido 6,5 milhões de dólares de propina da construtora Odebrecht para que intercedesse a seu favor na licitação para a construção da estrada Rota do Sol II, avaliada em mais de 1 bilhão de dólares.

A Promotora colombiana afirmou que García Morales aceitou a acusação de "interesse indevido na realização de contratos e suborno impróprio" só depois que o representante da Odebrecht na Colômbia, Yesid Arocha, reconheceu que tinha

lhe entregado 6,5 milhões de dólares para que apoiasse o consórcio em que participavam Odebrecht, Episol e Csa Construtores na formulação do projeto, assim como em desqualificar as outras empresas que disputavam a obra por vícios de procedimento, e garantir condições favoráveis para a empresa.

Além da prisão, o ex vice-ministro de Transporte não poderá exercer nenhum cargo público e terá que pagar uma multa de 21.000 dólares.

O envolvimento com os crimes de propina não acabam aí. A Justiça colombiana vincula a gestão do presidente Juan Manuel Santos com a Odebrecht.

O senador Bernardo "Noño" Elias, do Partido Social de Unidade Nacional, detido pelo Ministério Público em agosto passado, é acusado de ter recebido 17 bilhões de pesos colombianos (cerca de 18 milhões de reais) em subornos da Odebrecht relacionados com diversos contratos de obras. Elias foi fundamental na segunda reeleição de Santos em 2014, graças aos votos que atraiu em sua região.

A Promotora colombiana assinalou que as propinas pagas pela Odebrecht na Colômbia foram de mais de 28 milhões de dólares e não de 11 milhões como tinha sido divulgado alguns meses atrás.



**Manifestantes apoiam medidas contra a corrupção da empresa e de políticos no Panamá**